



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - Mestrado em História

Campus I - Prédio B3, sala 112 - Bairro São José - Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS
Fone(54) 316 8339 - Fax (54) 316 8125 - E-mail: pghis@upf.tche.br

Carlos Fernando Comassetto

Os colono só trabalha [...]

**A Colônia Rio Uruguay: aspectos da atuação das
companhias colonizadoras entre 1920-50.**

Passo Fundo, Agosto 2008.

Carlos Fernando Comassetto

Os colono só trabalha [...]

**A Colônia Rio Uruguay: aspectos da atuação das
companhias colonizadoras entre 1920-50.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Mário Maestri.

**Passo Fundo
2008**

C728c Comassetto, Carlos Fernando

Os colono só trabalha [...] A colônia rio Uruguay: aspectos da atuação das companhias colonizadoras entre 1920-50. / Carlos Fernando Comassetto. -- Passo Fundo: UPF, 2008. 157f.; 29cm

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2008.

Orientação: Prof. Dr. Mário Maestri

1. Santa Catarina - História. 2. Colonização – Alto Uruguay - Santa Catarina. 3. Companhias colonizadoras. 4. Ocupação territorial – Santa Catarina. I. Maestri, Mário II. Título

CDD 981.64

Ficha Catalográfica: Bibliotecária Elisabete Lopes – CRB 14/751

Dedico para Cecília Devicari Comassetto e Celeste Comassetto, colonos-camponeses da comunidade de Santo Antônio e Quebra-Dente, distrito de Boca do Monte, município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

“Enquanto a *colonha* desaparece a cidade cresce.”

Plínio Chrank, colono-camponês, linha Filadélfia,
município de Ipira, em Santa Catarina.

Resumo

O avanço do capitalismo na Europa motivou a migração interna no continente e a travessia transoceânica de trabalhadores, sobretudo rurais, para a América. No Brasil, a Lei de Terras, de 1850-54, marcou o fim da concessão gratuita de terras e abriu caminho para a especulação imobiliária privada. A partir das primeiras décadas do século 20, a ocupação territorial da região oeste de Santa Catarina ocorreu principalmente com a atuação das companhias particulares de colonização. A comercialização de terras trouxe a lógica da acumulação capitalista. O objetivo principal da presente dissertação é estudar a atuação das companhias colonizadoras e do movimento migratório que promoveram a ocupação da região do Alto Uruguai catarinense, entre 1920 e 1950, por colonos-camponeses, tendo como eixo de análise a Colônia Rio Uruguay.

Palavras-chave: terra, propriedade, colonização, companhia colonizadora, Alto Uruguai.

Abstract

The growing of the Capitalism system in Europe was the main reason of the internal migration and the transoceanic crossing of workers mainly those from rural areas to America. In Brasil the bill of Lands from 1850 to 1854 end the cycle of free landing from Federal government and created the real state speculations. In the early XX Century, the occupation of the territory of Santa Catarina state occurred mainly by private colonization companies, which measured the land and sell pieces of land. The commercialization of such lands follows the Capitalism system of accumulation of wealthy. The main purpose of this project is to study the way of the colonization companies acted and the migratory movement that occupy the whole region of the Alto Uruguai of the Santa Catarina state between 1920 and 1950 by land workers, which focus analysis, is the “Colonia Rio Uruguay”.

Key-words: land, property, colonization, colonization company, Alto Uruguay.

Sumário

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
LISTA DE FOTOGRAFIAS	9
LISTA DE MAPAS	10
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – VÊM DA EUROPA OS TRABALHADORES	24
CAPÍTULO 2 – A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE SANTA CATARINA	42
CAPÍTULO 3 – CHEGAM AS FORÇAS ECONÔMICAS, PODEROSAS E INFLUENTES	67
CAPÍTULO 4 – O ESPAÇO DO COLONO-CAMPONÊS	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
GLOSSÁRIO	148
ANEXOS	149
LISTA DOS ENTREVISTADOS	155
CRONOLOGIA	157

Lista de ilustrações

Figura 1: Diploma de capataz rural de 1920.....	74
Figura 2: Caderneta nº 2, IV/1 do agrimensor R. Klingens, página nº 1	77
Figura 3: Propaganda institucional da Empreza Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda. – Década de 1920	90
Figura 4: Verso da propaganda da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. – Década de 1930	93

Lista de fotografias

Foto 1: Eugênio Pichler com um facão e duas balisas	79
Foto 2: Família colhendo trigo na colônia Concórdia na década de 1940	85
Foto 3 : Sede da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. Em Concórdia	98
Foto 4: Alpendre frontal e as portas de entrada- linha pintado, Arabutã.....	106
Foto 5: Vista lateral com entrada para a estrebaria – detalhe para a taipa de pedra.....	107
Foto 6: Parede do fundo da estrebaria	108
Foto 7: Residência atual de Helger e Rubi Dressel, linha pintado, município de Arabutã	109
Foto 8: Casa “velha”de Valinka Fritsch, linha Pintado, município de Arabutã	110
Foto 9: Residência da família de Noeli Hann, linha Pintado, município de Arabutã.....	111
Foto 10: Residência da família de Ilgo Frank, linha Pintado, município de Arabutã.....	112
Foto 11: Propriedade de José Schussel, linha São Valentim, município de Seara	113
Foto 12: Residência da família de Delmar Haith, linha São Luis, município de Concórdia....	114
Foto 13: Propriedade da família de Armindo Espig, linha Lageado do Meio, no município de Irani.....	114
Foto 14: Propriedade de Ervino Adolfo Pilger, linha São Luis, município de Concórdia	115
Foto 15: Antiga propriedade da família Chrank, linha Filadélfia, município de Ipira	116
Foto 16: Cômodo para dejetos humanos, líquidos e sólidos, em Ipira e Irani	117
Foto 17: Propriedade de Ampélio Cechin, linha Boa Esperança, município de Ipira.....	118
Foto 18: Nova casa de Ampélio Cechin e irmãos, Linha Boa Esperança, município de Ipira.	119
Foto 19: Propriedade de Altair Pereira Duarte, Inha Santana, município de Ipira	120
Foto 20: Antiga propriedade de Lourenço Zílio, linha Sede Brum, município de Concórdia .	122
Foto 21: Diversas casas na Colônia Rio Uruguay	123

Lista de mapas

Mapa 1: Mapa do estado de Santa Catarina. Destaca a região do Alto Uruguai.....	19
Mapa 2: Primeiros povoamentos europeus no litoral catarinense	47
Mapa 3: Principais correntes de povoamento em Santa Catarina	54
Mapa 4: Região da Guerra no Contestado.....	59
Mapa 5: Mapa atual da região da AMAUC.....	63
Mapa 6: Colônia Rio Uruguay e divisão das propriedades	65
Mapa 7: Percurso principal da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande - EFSPRG.....	69

Lista de tabelas

Tabela 1: Taxas anuais de crescimento da população dos países europeus durante o período de 1871-1900.....	26
Tabela 2: Implementos agrícolas no Império Alemão.....	36
Tabela 3: Dimensões frontais dos lotes cedidos aos imigrantes.....	52
Tabela 4: Companhias colonizadoras que atuaram na Colônia Rio Uruguay entre 1920-50.....	73
Tabela 5: Escrituras públicas de compra e venda de lotes na Colônia Rio Uruguay, entre 1914 - 1940.....	86
Tabela 6: O preço dos lotes coloniais no Vale do Rio do Peixe entre 1922 e 1928.....	100
Tabela 7: Resumo demonstrativo das casas de moradia de colonos-camponeses.....	125

Lista de abreviaturas e siglas

AMAUC – Associação dos municípios de Concórdia;

EFSPRG – Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

UPF – Universidade de Passo Fundo;

Introdução

A crise da produção e do trabalho escravizado no Brasil coincidiu com a transformação agrária promovida pelo avanço do capitalismo na Europa, que provocou forte, no Velho Mundo, expulsão de camponeses da terra, transformando-os em trabalhadores assalariados e dependentes, não raro, empregados em ocupações esporádicas nos centros urbanos. Esse processo impulsionou a tendência migratória interna e acelerou a travessia transoceânica de trabalhadores europeus, sobretudo rurais, para as Américas. O Brasil tornou-se uma das múltiplas rotas para a sobrevivência de europeus em dificuldades, uma força de trabalho potencial, para substituir a mão-de-obra escravizada, para sustentar o padrão brasileiro agroexportador dependente e para colonizar territórios considerados devolutos pelas autoridades governamentais.¹

No antigo Império Romano, já se praticava a distribuição gratuita de pequenos lotes de terras destinados pelo Estado aos legionários, mediante o pagamento de simbólica remuneração. A história territorial brasileira começou em Portugal. Em 26 de junho de 1375, o rei lusitano, dom Fernando I, aprovou a Lei das Sesmarias, instrumento legislativo destinado a distribuir terras em geral abandonadas aos seus súditos privilegiados. O sesmeiro era quem distribuía a terra aos novos detentores, sem qualquer ônus, a não ser as rendas feudais, com as quais estavam gravadas. A referida lei tinha o claro propósito de impedir que as terras continuassem incultas, bem como manter e reproduzir o caráter feudal da expropriação do trabalho e da apropriação de terras portuguesas.²

¹ CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in américa: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002. pp. 35-40.

² Cf. WEBER, Max. *A história agrária romana*. Madrid: AKAL, 1982; ORTIZ, Helen S. *O banquete dos ausentes: a lei de terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade, 1850-1889)*. Passo Fundo: PPGH-UPF, 2006. [Dissertação de mestrado] pp. 23-38; ALMEIDA, Roberto Moreira de. *Sesmarias e terras devolutas*. In *Revista de Informação Legislativa Brasília* a. 40 n.158 abr/jun. 2003. pp. 309-17.

A ocupação lusitana na América deu-se através da divisão da colônia em “capitanias hereditárias” e “sesmaria”. No Brasil, inicialmente, as capitanias hereditárias foram concedidas a doze donatários privilegiados político-economicamente. Na opinião do teórico-marxista baiano Jacob Gorender, em “Regime territorial no Brasil escravista”, de 1976, o “sistema (capitanias hereditárias) deve ser compreendido, segundo penso, como manifestação peculiar de um tipo de empreendimento peculiar de colonização”. Prossegue o autor: “Deste modo, a Coroa chegava a ceder, em benefício dos donatários, a maior parte dos seus direitos [...] a troco de poucos tributos, incluindo o dízimo”. Em terras brasileiras, a distribuição de sesmarias ocorreu de forma gratuita, já que não era gravada por renda feudal, à exceção, como registrado, sobretudo do dízimo. Para Gorender, a “história do regime territorial no Brasil colonial permite aferir como a instituição portuguesa da sesmaria foi amoldada aos interesses dos senhores de escravos”.³

Não é consensual a definição de “terras devolutas”. O significado jurídico de terras devolutas, nem sempre coincide com o seu significado etimológico, que é o de “terra devolvida”. No Brasil, em geral, o conceito de terras devolutas passou a ser aquele de sesmarias não aproveitadas e devolvidas. Para o presente trabalho, terras devolutas são aquelas que pertenciam ao patrimônio do Estado brasileiro, sem nenhuma utilização pública específica, e que não se encontravam integradas ao domínio privado por qualquer título.⁴

Em novembro de 1889, a sociedade brasileira assistiu a queda da Monarquia e ao advento da República, promovidos por golpe militar. Para acelerar o processo de ocupação de terras, o novo regime executou os princípios da Lei nº 601 de 18/09/1850, conhecida como a “Lei de Terras”, que determinara o fim da concessão gratuita de terras e constituíra um marco na legislação agrária brasileira. O artigo 1º da Lei de Terras determinava a concessão de terras a particulares. A partir de então, as terras em poder do Estado só poderiam ser adquiridas pela compra, com título de propriedade. Abria-se, dessa maneira, como veremos, o caminho a uma forte especulação imobiliária privada.⁵

Para o Estado, os ocupantes de “terras devolutas”, com direito de posse, estavam em situação ilegítima. Situação caracterizada por grupos nativos e caboclos. Através do artigo quinto, o Estado impunha duas alternativas aos posseiros pequenos –caboclos, etc. - e grandes: *legalizar* as posses, através de ação onerosa e complexa, ou permanecer na

³ GORENDER Jacob. Regime territorial do Brasil escravista. In STEDILE. João Pedro. (org). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 183-4, 209.

⁴ DA CUNHA JÚNIOR, Dirley. Terras devolutas nas constituições republicanas. www.jfse.gov.br. Acessado em 09/08/2007 às 15h00.

⁵ STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 283-91.

ilegalidade, abrindo assim o caminho a uma possível expulsão. Diante da dificuldade dos pequenos posseiros de legalizar as posses, prevaleceu a segunda alternativa e, com ela, uma verdadeira limpeza humana e étnica das terras de seus detentores, à medida que avançava a fronteira agrícola.⁶

Os artigos 12, 15, 18 e 21 da Lei de Terras estabeleceram as condições para venda de “terras devolutas”, para a entrada de colonos livres e, ainda, a criação de uma Repartição Geral das Terras Públicas. Durante o período de vagatura da citada Lei, em torno de quatro anos, a ordem pública estava desnorteada, o que ensejou que muitas legitimações de propriedades fossem feitas de forma fraudulenta. Esses abusos prosseguiram por longas décadas.⁷

Em *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*, publicado em português, em 1969, abordando o período de vacância da Lei nº 601, o historiador francês *Jean Roche* afirmou que o Estado do Rio Grande do Sul correu o risco de ser despojado das terras públicas que deviam compor o seu patrimônio: “De 1854 (data do regulamento de vigência da Lei de 1850) a 1889, 766.100 hectares passaram do domínio público ao privado: 218.800 hectares, em 25 anos [...]” Entre 1881 e 1889, foram negociados mais de 547.000 hectares.⁸

Na Constituição brasileira, de 24 de fevereiro de 1891, no capítulo V, na seção III, no título II, referente aos Estados, o artigo 64, estipulou que passariam a pertencer “aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras”. Em parágrafo único, determinou-se que os “próprios nacionais não necessários para o serviço da União” passariam “ao domínio dos Estados, em cujo território” estivessem “situados”. Assim, o controle sobre as terras devolutas foi transferido do governo central republicano para as administrações estaduais, da mesma forma que o efetivo de funcionários públicos federais, envolvidos naquelas atividades.⁹

Com a Lei nº 15, de 31 de outubro de 1891, a administração federal brasileira autorizou o governo de Santa Catarina a despender até a quantia de cinco contos de réis, por ano, com a publicação, em várias línguas, de tudo que interessasse à propaganda de imigração

⁶ ORTIZ, Helen S. O banquete dos ausentes: a lei de terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade, 1850-1889). Passo Fundo: PPGH-UPF, 2006. pp. 184-5. [Dissertação de mestrado].

⁷ STÉDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 289-91.

⁸ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. pp. 118-9.

⁹ <http://www.planalto.gov.br/legislacao> - Acessado em 18 de janeiro de 2008 às 22h35.

espontânea para aquele estado. Essas publicações foram remetidas a todos os agentes consulares, nos países onde fosse possível aproveitar tal serviço.¹⁰

Em Santa Catarina o passo seguinte na ocupação dessas terras se deu com a concessão às companhias colonizadoras de terras para glebas de lotes. As companhias tinham contrato com o governo catarinense para introduzir e acomodar agricultores nacionais ou estrangeiros em áreas de terras devolutas. Segundo Boris Fausto, em *Trabalho urbano e conflito social*, de 1976, essa “força de trabalho estrangeira” não viera, antes da Abolição, “substituir simplesmente a mão-de-obra escrava, mas representou um grande aumento do potencial de trabalho, destinado a atender aos requisitos de uma economia em plena expansão”.¹¹

A instalação de proprietários não latifundiários no sul do Brasil tem a ver com a política de colonização, com a existência de problemas nas fronteiras internacionais, com a existência de terras devolutas. Tal política desconsiderou a presença de nativos e pequenos posseiros. As companhias particulares de colonização obtinham grandes concessões para loteá-las e comercializá-las, vendendo-as aos colonos-camponeses. A pequena propriedade, por outro lado, abriu espaço para a formação de comunidades de colonos-camponeses, ou seja, pequenos proprietários de lotes coloniais explorados com a força de trabalho familiar, dedicados sobretudo à policultura e ao artesanato de subsistência e mercantil.

Nas primeiras décadas do século 20, a ocupação territorial de importantes regiões, no estado de Santa Catarina, ocorreu principalmente através da atuação das companhias colonizadoras privadas, que lotearam e venderam boa parte do espaço geográfico catarinense *desocupado*. A preocupação do governo catarinense era impulsionar a demarcação dos lotes, na região do Alto Uruguai, sobretudo através de companhias particulares, transformando-os em pequenas propriedades com vinte a trinta e cinco hectares cada. Tutelada pelo Governo Republicano, essa divisão foi efetuada em terras, que não interessavam ao pecuarista latifundiário, de relevo acidentado, de extensa cobertura florestal, comumente ocupadas por nativos e caboclos.¹²

A história política, social e econômica desse período é desigual. Entretanto, ela constitui, basicamente, a história do início do avanço maciço da economia mercantil no meio rural, em detrimento da economia agrícola e artesanal de subsistência.

¹⁰Seção de coleções especiais, www2.camara.gov.br/Internet/legislação/legin.html. Acessado em 20 de setembro de 2006, às 15h30.

¹¹ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 17.

¹² SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania. Artigo apresentado no XVII Encontro anual da ANPOCS, em Caxambu (MG), entre 22-25 de outubro de 1993 <http://www.anpocs.org.br/portal/publicações>. Acessado em 28/02/2008 às 12h03.

A partir de interesses estratégicos como a defesa e a ocupação mercantil do território, para legitimar o *desenvolvimento* através da colonização do Alto Uruguai catarinense, o Estado regional privilegiou a atuação das companhias colonizadoras e de seus agentes, na venda das terras a colonos-camponeses. Os nativos (caingangues) e os *brasileiros*, como eram e ainda são denominados os caboclos pelos imigrantes e descendentes de imigrantes europeus que colonizaram a região pesquisada, não foram incluídos nesse plano de ação. Eles foram sendo utilizados como forças marginais do processo produtivo, na condição de trabalhadores tarefeiros e agregados, como veremos.¹³

A região estudada teve o contrato para a demarcação de suas terras assinado em 18 de maio de 1925. O historiador Antenor Geraldo Zanetti Ferreira, em *Concórdia: o rastro de sua história*, de 1992, registra que “a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia., com sede em Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, contratou com a Brazil Development and Colonization Co., ficando a ela pertencente a colonização de Rio do Engano e Sertãozinho”. A compra equivaleu a pouco mais de cem mil hectares localizados na região do Rio do Engano, desmembrados em 3.346 lotes coloniais, lotes de trinta e dois hectares, em média.¹⁴

O objetivo principal da presente dissertação é estudar, descrever sinteticamente, para compreender a atuação das companhias colonizadoras e do movimento migratório que promoveram a ocupação da região do Alto Uruguai catarinense, entre os anos de 1920-50, por colonos-camponeses, em geral nascidos do Rio Grande do Sul, de origem européia, tendo como eixo de estudo a Colônia Rio Uruguay, também conhecida como Colônia do Rio do Engano e Colônia Concórdia.

Centramos nosso estudo no processo de ocupação do espaço sócio-econômico regional catarinense, devido à migração de colonos-camponeses desde as “colônias velhas” e “novas” do Rio Grande do Sul, até a Colônia Rio Uruguay, no sudoeste de Santa Catarina. Esse fluxo migratório envolveu, sobretudo, agricultores e pequenos proprietários descendentes de italianos, alemães, poloneses, através da transferência espacial de seus destinos e expectativas para os novos lotes coloniais.

Pretendemos compreender a ordem agrária na Colônia Rio Uruguay, ou seja, as relações de trabalho e mercantis que se estruturaram no espaço e no tempo estudado, e sua inserção econômica em Santa Catarina. Observamos que o processo colonizador oportunizou a formação-consolidação de segmentos da classe social dominante, sobretudo composto por *colonizadores*, comerciantes que, por meio do uso das relações políticas, do poder econômico,

¹³ RENK, Arlene. *A luta da erva: ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997. pp. 10 e 11.

¹⁴ FERREIRA, Antenor Geraldo Z. *Concórdia: o rastro de sua história*. Concórdia: [s.ed.], 1992. p. 72.

da legislação e da coerção física, no processo de comercialização dessas terras, expulsaram, direta e indiretamente, nativos e caboclos habitantes da região que utilizavam aquelas terras para sustentar-se.

Não ignoramos as importantes dificuldades encontradas pelos colonos-camponeses europeus e, a seguir, seus descendentes, já nacionais, não apenas nos primeiros tempos no Brasil. Porém, reter as narrativas de claro cunho apologético dessas contradições e dificuldades, que as transformam em fatos verdadeiramente heróicos, em realizados devido a qualidades étnicas intrínsecas, não é proposta da nossa pesquisa. Constitui mistificação e idealização do processo imigratório a ignorância daqueles que fracassaram na aventura americana e, sobretudo, das multidões de colonos-camponeses que viveram dura e pobremente por longos anos ou por toda a vida, do esforço de seus braços, nas glebas coloniais, em geral duramente explorados pelo capital mercantil, como veremos.

Aos vergados na luta pela sobrevivência, é negado o *status* de participantes plenos da arriscada aventura americana, vista nas leituras historiográficas hagiográficas como realizada por homens e mulheres quase sobre-humanos comprometidos com o sucesso desde o começo. A imensa maioria dos colonos-camponeses estabelecidos no sul do Brasil passou a vida trabalhando duramente para se sustentar, sendo expropriada pelo capital mercantil, sobretudo, de boa parte dos frutos de seu trabalho, como apenas assinalado.

As histórias mitológicas de colonos-heróis, que superaram as dificuldades *naturais*, apoiadas apenas em suas qualidades genéticas, desfiguram a imagem dos imigrantes reais, simples personagens de carne e osso, mulheres e homens de verdade, e não semideuses mitológicos, que forçados pelas necessidades econômicas, partiram para tentar vencer, no Novo Mundo, a luta que haviam perdido no velho. Buscamos contextualizar tais dificuldades, explicar os interesses dos agentes importadores de mão-de-obra, no contexto do ingresso do contingente de colonos-camponeses, sobretudo rio-grandenses de origem européia na região do Alto Uruguai catarinense.

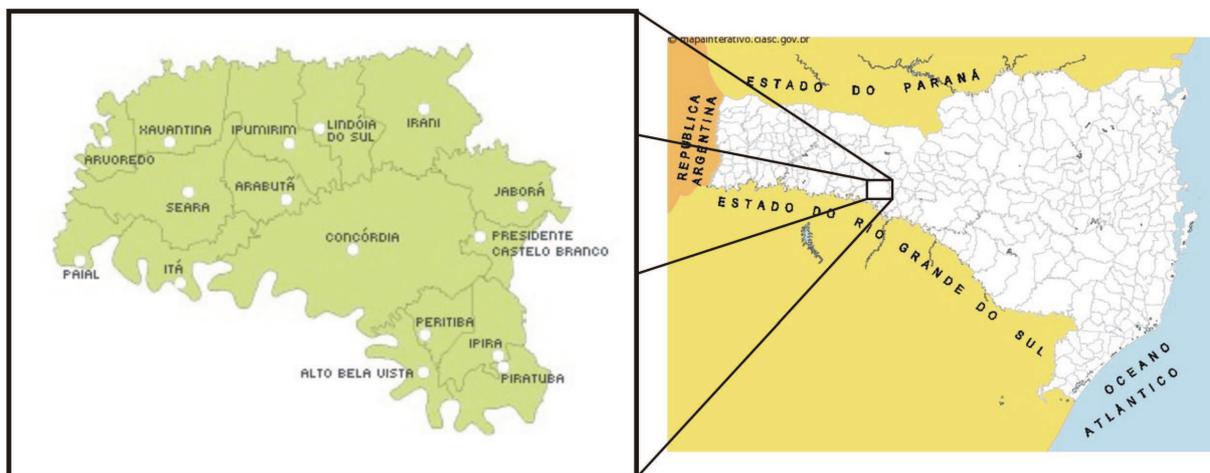
Sendo a região sudoeste, de Santa Catarina, basicamente formada por pequenas propriedades rurais, é também objetivo do nosso estudo analisar a política estadual referente às experiências de imigração e de colonização. Pretendemos levantar elementos sobre a continuidade e descontinuidade da prática colonizadora, seus limites e possibilidades, visto que a administração provincial já acumulara, no Império, experiência anterior a respeito, sobretudo no povoamento do litoral catarinense por colonos-camponeses.¹⁵

¹⁵ CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 2 ed. ver. at. Rio de Janeiro: LAUDES S. A., 1970; PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 2 ed. rev. aum. Florianópolis: Lunardelli, 1988; RADIN,

Com o presente trabalho, ao estudarmos o desenvolvimento do processo de ocupação territorial, desejamos acrescentar novos dados sobre questões já pesquisadas e investigar outros aspectos ainda não considerados. Apoiados no método histórico dialético, que parte da base material para analisar a produção social dos seres humanos no curso da história, pretendemos que nossa pesquisa se constitua em contribuição ao conhecimento da história regional, especificamente, do Alto Uruguai, localizado no sudoeste do estado de Santa Catarina.¹⁶

Como região estudada, delimitamos o território demarcado pelos dezesseis municípios da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC. Essa área, localizada no sudoeste de Santa Catarina, está representada nos Mapas 1 e 5. Prestamos atenção especial à fronteira natural, o rio Uruguai, entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, durante anos palco de importantes atividade econômica específica envolvendo diretamente colonos-camponeses. Através de um sistema de balsas, a madeira das matas da Colônia Rio Uruguay, era retirada e transportada, sobretudo para a Argentina. Para muitos colonos-camponeses, essa atividade transformava as matas das colônias em importante riqueza a ser explorada e fornecia trabalho bem pago para colonos-camponeses e outros habitantes da região.¹⁷

Mapa 1: Mapa do estado de Santa Catarina. Destacada a região do Alto Uruguai.



Fonte: www.mapainterativo.ciasc.gov.br/# - acessado em 30/08/2006, às 10h00.

José C. *Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense*. 2 ed. rer. ampl. Joaçaba: UNOESC, 2001.

¹⁶ HOBBSAWM, Eric, *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003; MARX, Karl. *O Capital: crítica a economia política*; apresentação Jacob Gorender. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985; KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

¹⁷ WOLOSZYN, Noely. *Os trabalhadores do Rio: balsas e balseiros do Alto Uruguai. 1930-1960*. Passo Fundo: PPGH-UPF, 2006. [Dissertação de Mestrado].

Delimitou-se como limite temporal da pesquisa o período compreendido entre 1920 e 1950. A primeira data se refere às diversas modificações importantes vividas na região, decorrentes das disputas de limites e divisas, internacionais e interestaduais; da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG); da Guerra no Contestado; da validação dos títulos de terra expedidos pelo Paraná e pelas concessões federais; da intensificação da venda de glebas de lotes rurais pelas companhias particulares de colonização. A partir da segunda data, as medições e legitimações de terras passaram a acontecer, até onde alcançamos ver, entre colonos-camponeses, com pouca intermediação das companhias colonizadoras.

Em 29 de julho 1934, ocorreu a emancipação político-administrativa do município de Concórdia, o centro da Colônia Rio Uruguay. A partir dele, surgiram outros sete municípios como: Piratuba (1948); Seara (1953); Ipumirim (1963); Lindóia do Sul (1989); Arabutã (1991) e Alto Bela Vista (1995). Depois deles, aconteceu a criação e instalação dos demais nove municípios da AMAUC: Xavantina (1953); Ipira (1963); Irani (1963); Itá (1956); Jaborá (1963); Peritiba (1963); Presidente Castello Branco (1963); Arvoredo (1992) e Paial (1995).¹⁸

No processo político-emancipacionista dos municípios da AMAUC, o nativo foi marginalizado, reprimido e esquecido. Pouco sabemos ainda sobre grupos de caçadores e coletores, especialistas na colonização do ‘mato’, ocupadores da mata de araucária, de mata sub-tropical e dos campos intermediários catarinense, entretanto, eles deixaram sua forte marca nos nomes dos territórios que foram um dia seus.¹⁹

Em 1934, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o recém-emancipado município de Concórdia contava com 21.086 habitantes. Não encontramos informações sobre a repartição entre a população rural e urbana. Em 1950, de acordo com o Recenseamento Geral do Brasil, Concórdia computava 48.014 habitantes, sendo 92,2 % na zona rural e 7,8% na urbana. Além disso, o município já ocupava o décimo primeiro lugar em desenvolvimento econômico catarinense, tendo como elemento determinante de sua economia o capital industrial, recém-instalado que, rivalizou com a economia mercantil rural, servindo-se fortemente da exploração do trabalho da família colono-camponesa.²⁰

A história oral e as fontes iconográficas, com destaque para as fotográficas, foram importante para o nosso trabalho. A história oral foi ferramenta fundamental para a recuperação da atuação das companhias particulares de colonização. Através dela, foi possível

¹⁸ www.amauc.org.br/municipios/index.php - Acessado em 27 de fevereiro de 2008 às 21h00.

¹⁹ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Para uma história dos índios do Oeste Catarinense*. CEOM, ano 4, nº 6, FUNDESTE: Chapecó, nov./1989.

²⁰ IBGE – www.ibge.gov.br – Acessado em 08 de janeiro de 2008 às 19h00. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE. Vol. XXXII. Rio de Janeiro- RJ., 1959.

revelar situações que por vezes não foram captadas ou evidenciadas na documentação escrita. Em geral dispersas em acervos familiares, as fotografias eternizam momentos, registram *verdades*, ainda que relativas. A foto é representação da realidade e pode, portanto, ser manipulada por quem dela se servir. Por trazer consigo uma simbologia, a fotografia não é neutra.

O nosso interesse sobre o tema “imigração e colonização” deve-se à pesquisa iniciada nos bancos da graduação em História, em 2004, na Universidade do Contestado, em Concórdia. Meus pais, Cecília e Celeste Comassetto foram colonos-camponeses, compradores de terras de companhias particulares de colonização, vindos do Rio Grande do Sul. Em nossa pesquisa, entre outros personagens, buscamos destacar sobretudo os colonos-camponeses, mulheres e homens, sujeitos históricos, formadores e protagonistas, de uma história regional parcialmente descortinada. Nesse processo, utilizamos uma significativa produção bibliográfica, livros, dissertações e teses. No entanto, a maioria dos trabalhos consultados pouco se refere à temática específica investigada.

Ao concluir o presente trabalho, não posso deixar de assinalar a solicitude de inúmeras pessoas, cujo apoio, estímulo, carinho e orientação, foram fundamentais para o desenvolvimento de nossa pesquisa, iniciada em março de 2006, concluída em 2008. Algumas pessoas tiveram participação marcante do início ao fim do nosso trabalho, outras contribuíram apenas em alguma etapa – todas foram, porém, imprescindíveis. Entre as contribuições por elas levantadas, estão a de terem construído tantas e preciosas questões sobre as nossas proposições, algumas delas que não alcançamos ainda a resposta.

Para que a pesquisa tivesse êxito, foi fundamental a aceitação do historiador Mário Maestri, da Universidade de Passo Fundo, de orientar-me. Suas correções e sugestões decorrentes da experiência no tema de emigração e colonização foram de indispensável importância para delimitar os caminhos seguidos na pesquisa. Recordarei sempre a sua dedicação, paciência, honestidade intelectual e qualificada orientação. Agradeço vivamente meu mestre e amigo Mário Maestri.

Agradeço igualmente a todos que disponibilizaram importantes fontes de pesquisa com documentos, escritos, livros de família, fotografias, registros pessoais e que permitiram acesso aos seus acervos. Tenho gratidão especial aos entrevistados que me apresentaram diferentes observações de um mesmo fato histórico e contribuíram em forma importante ao desenvolvimento e conclusões da pesquisa. Espero não desapontá-los. Com esses personagens compartilho meu trabalho, uma história, que a eles pertence.

Os meus sinceros agradecimentos aos amigos e amigas Arlan Giuliani, Cátia Brinckmann, Cleci Bison, Gilson Minúsculli, Jaíson Bassani, Rafael Luchetta, Marcelo

Campos, Mário Campos, Marcos Mior, Milton Amador, Neuri Santhier, Noely Woloszyn, Sandra Roman, Solange Zotti e as alunas Édina Camila Sander, Josiane Leana Pilger, Liliane Allebrandt e aos colegas de magistério da Escola de Ensino Fundamental Francisco Bagatini de linha Sede Brum, em Concórdia Santa Catarina. Certamente sem a ajuda desses colegas e amigos não teria chegado até aqui. No entanto, meu maior débito vem de longa data. É com meus pais, Cecília Devicari Comassetto (na eterna memória) e Celeste Comassetto, que sempre me acompanharam.

Encontramos algumas dificuldades no desenvolvimento de nossa pesquisa. Em nenhum momento, foi possível contar com financiamento institucional para ela. Apesar de inúmeras tentativas, nenhuma agência financiadora se interessou por este trabalho. Do ponto de vista financeiro, sem a ajuda dos familiares Leandro e Liamara, Duca e Margaret, Cleonice Bison e o pai Celeste, não teríamos podido concluir essa aventura intelectual.

A distância entre Concórdia, onde residimos, e a universidade em Passo Fundo, foi limitante, sobretudo do ponto de vista financeiro. Outra grande dificuldade que enfrentamos foi a não autorização para consultar documentos depositados no 1º Ofício de Registro de Imóveis, da comarca de Concórdia, associada à constatação, da destruição de documentos, referentes à Sociedade Territorial Mosele, Eberle e Ahrons e Cia., no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos de Concórdia, provocada pela enchente de 1982.

Manifestamos especial gratidão à atenção e ao empenho das trabalhadoras e trabalhadores de arquivos públicos e demais acervos consultados: a Alva dos Santos do Museu Municipal Hermano Zanoni – Concórdia Santa Catarina; no Rio Grande do Sul, em Erechim, a Simone Zago, do Arquivo Histórico e Municipal Juarez Miguel Illa Font; em Marcelino Ramos, a Isabel Ramisch do Arquivo Histórico de Marcelino Ramos. Aos arquivistas da biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina; da Universidade do Contestado de Concórdia, em Santa Catarina; da biblioteca Central da Universidade de Passo Fundo; da Universidade Comunitária Regional de Chapecó, em Santa Catarina; à doutora Thaís Janaína Wenczenovicz com quem obtivemos importantes indicações e empréstimo de material para pesquisa.

Para apresentar os resultados da nossa pesquisa, a dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “Vêm da Europa os trabalhadores”, apresentamos a situação em que se encontravam os camponeses, no final do século 18 e início do século 19, no continente europeu, sobretudo na Itália e na Alemanha. Discutimos, igualmente a fuga da *família real* portuguesa para o Brasil e o fluxo migratório e suas relações com o processo de abolição da escravatura no Brasil.

No segundo capítulo, “A ocupação territorial de Santa Catarina”, discutimos a ocupação territorial da região oeste e do Alto Uruguai de Santa Catarina. Nos referimos, igualmente, às populações nativas, caboclas e também à chegada dos primeiros imigrantes, sobretudo alemães e italianos. Apresentamos a atuação dos agentes colonizadores e salientamos os objetivos perseguidos pelas autoridades governamentais estaduais e federais. Referimo-nos à Guerra sertaneja no território Contestado, fundamental para a região. Discutimos os interesses que, em um curto espaço de tempo, provocaram o surgimento de municípios no até então vasto sertão catarinense.

No terceiro capítulo, “Chegam às forças econômicas, poderosas e influentes”, a partir da bibliografia, das entrevistas, da documentação arquivada, etc., investigamos e discutimos a atuação das companhias colonizadoras particulares, com destaque para aquelas que se estruturaram com o objetivo de controlar o comércio de terras no território compreendido pela colônia Rio Uruguay. Destacamos o processo de demarcação dos lotes, os artifícios utilizados para aprisionar os compradores. Demonstramos como as companhias colonizadoras transformaram a reconstrução do espaço geográfico em um grande negócio privado, com a participação e aprovação das autoridades representativas do poder público do estado de Santa Catarina.

No quarto e último capítulo, “O espaço do colono-camponês”, a partir de construções remanescentes e de fotografias de moradias e benfeitorias, algumas já desaparecidas, abordamos as moradias da região, especialmente da zona rural, nos mais diversos aspectos, com destaque ao estilo construtivo, importante expressão ideológica e simbólica dos colonos-camponeses. A partir de técnicas construtivas dessas construções, registramos igualmente a riqueza e rusticidade relativa da sociedade colonial-camponesa.

Sendo o conhecimento histórico um processo provisório, não é pretensão de nossa pesquisa esgotar o tema, proporcionando uma compreensão definitiva sobre o assunto. Como assinalado, nos dispomos apenas realizar uma leitura sobre o domínio abordado, impulsionando assim seu conhecimento essencial, na medida de nossas possibilidades atuais.

CAPÍTULO 1

VÊM DA EUROPA OS TRABALHADORES

Sobre a Europa

Em fins do século 18, a utilização da máquina a vapor na indústria têxtil foi crucial para desorganizar a indústria artesanal européia de tecidos, importante complemento da economia doméstica rural. No século 19, na Europa Ocidental, as transformações sociais, políticas e econômicas aceleraram-se com o desenvolvimento da navegação e da construção de uma ampla rede ferroviária. Aproximaram-se os mercados, reduziram-se as tarifas, ampliou-se o transporte de cargas e de passageiros, os produtos industrializados passaram a dominar as transações comerciais mundiais. No norte da Europa, aprofundaram-se as transformações na agricultura em um sentido mercantil.

As mudanças na agricultura não se resumiram à expulsão dos camponeses dos lotes que detinham, produzindo apenas a criação de grandes proprietários de terra. As novas relações sociais que superaram a economia camponesa foram causa e consequência das mudanças que, lentamente, atingiram o espaço agrário europeu. No campo, impuseram-se novas formas de utilização e exploração do solo. Dessa forma, o espaço agrário cedeu à penetração do capitalismo, lançando grande quantidade de camponeses na *miséria*. Sequer no continente europeu o processo capitalista se desenvolveu de modo uniforme.²¹

Existe vasta literatura a respeito do êxodo rural, que tem como quase sinônimo uma única palavra, aparentemente pobre e banal, porém, dotada de forte carga semântica: *miséria*. Caso fosse obrigatória a escolha de uma só razão para esse fenômeno social, parece-nos que

²¹ MACHADO, Paulo P. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1999. pp. 43-4.

do êxodo rural deveu-se mais à expulsão do migrante da região de origem, do que com sua atração por novas terras.²²

A situação de miséria dos camponeses causava inquietação e mal-estar. Na Itália, as razões mais profundas para o abandono do campo estiveram relacionadas com elementos diversos, nos quais se destacavam a queda do preço dos cereais, associada às incertezas e perplexidades causadas pelas conjunturas climático-ambientais que ensejavam, não raro, anos seguidos de má colheita.²³

Na Europa, entre 1880 e 1887 representou o período mais difícil da crise agrícola. Foi fase de impulso da indústria manufatureira e da estréia da indústria pesada, com aceleração da indústria naval. Em *A questão agrária*, publicado pela primeira vez em 1898, o teórico marxista alemão Karl Kautsky escreveu que é “somente com o advento da indústria capitalista que se revela a regressão da indústria agrícola de subsistência”. Quanto mais se desenvolveu esse processo, mais se desorganizou a indústria doméstica camponesa.²⁴

O fator demográfico

O crescimento industrial intensificou e diversificou o comércio internacional. De acordo com o historiador Eric J. Hobsbawm, em *A era do capital, 1848-1875*, publicado em inglês, em 1977, “no decorrer da década de 1870, uma quantidade anual de cerca de 88 milhões de toneladas de mercadorias transportadas por navio foi trocada entre as nações mais importantes comparados com os vinte milhões de 1840”. O mesmo autor diz que, “31 milhões de toneladas de carvão atravessaram os mares, comparados a 1,4 milhão; 11,2 milhões de toneladas de grãos, comparados a menos de dois milhões; [...] 1,4 milhão de toneladas de petróleo, que era desconhecido do comércio internacional em 1840”. Tal rede de trocas proporcionou uma gigantesca alteração na vida de milhões de europeus.²⁵

O desenvolvimento econômico foi acompanhado por importantes transformações políticas. Da mão da aristocracia, o poder político transferiu-se mais e mais aos proprietários industriais, que passavam a deter o fundamental do poder econômico. Das ruínas da sociedade feudal, brotava a burguesia moderna que, para Karl Marx, em *O manifesto comunista*, de 1848, “significa a classe dos capitalistas modernos, que possuem meios de produção e empregados assalariados”. A burguesia instalou a indústria manufatureira e estabeleceu um

²² FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 79.

²³ FRANZINA, Emilio. *Op. cit.* p. 30.

²⁴ KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 19.

²⁵ HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital, 1848-1875*. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 81.

novo sistema de produção. Ela incorporou novos mercados, financiou o comércio e a comunicação por terra, que originou cidades enormes. Em 1850, por primeira vez na história, a população urbana de muitos países europeus superou a rural.²⁶

O acréscimo natural da população européia, fortalecido pela queda da mortalidade, foi elemento acelerador do êxodo populacional, concomitantemente com a crise agrícola e a consolidação do novo mercado internacional de trabalho e de novas relações de produção e de classes. Entretanto, na determinação das causas do êxodo rural, é errado dar peso desproporcionado ao fator demográfico. Segundo o historiador italiano Emílio Franzina, em *A grande emigração*, publicado em italiano em 1976, os fatores do êxodo estão relacionados e “entrelaçados de formas várias com o fator demográfico”, sendo impossível propor relação direta do êxodo de massa com o processo de crescimento demográfico. As raízes do fenômeno dependem das transformações das estruturas econômicas da sociedade européia do século 19.²⁷

Tabela 1: Taxas anuais de crescimento da população dos países europeus durante o período 1871 – 1900 (por mil)

Países	1871-1880	1881-1890	1891-1900
Alemanha	10,3	8,9	13,2
Áustria-Hungria	4,4	9,1	9,6
Bélgica	9,5	9,5	9,9
Dinamarca	9,6	9,4	11,5
Espanha	3,7	3,8	4,9
França	2	2,2	1,6
Itália	6	7,6	6,2
Portugal	7,4	7,2	7,2
Rússia	13,6	13,9	13,5
Europa (incluindo Finlândia e Balcãs)	8,3	9	9,9

Fonte: FRANZINA, Emílio. *A grande emigração*. São Paulo: Unicamp. 2006. pp. 128-9.

À primeira vista, a grave crise agrícola e o aumento natural da população estariam relacionados à emigração. A relação certamente existe, mas, ao observarmos os valores das

²⁶ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. pp. 9-63.

²⁷ FRANZINA, Emílio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 85.

taxas de crescimento dos países relacionados na Tabela 1, é impossível propor dependência direta do êxodo ao processo de crescimento demográfico. Países europeus com maior crescimento demográfico que a Itália não conheceram a enorme dispersão populacional internacional desse país. O êxodo rural e a imigração foram conseqüência da crise da passagem de estrutura agrícola para estrutura industrial, em situação histórica e social que permitia a procura de trabalho fora das fronteiras nacionais.

O Estado nacional

Nação e Estado são realidades distintas que podem ou não ensejar um Estado-Nação. O Estado tornou-se uma necessidade depois de certa fase de desenvolvimento econômico que ensejou a sociedade de classes, com fortes antagonismos sociais. Segundo Lênin, em *O Estado e a revolução*, publicado pela primeira vez em 1917, “o Estado é um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento”. Por regra geral, a classe mais poderosa, economicamente dominante, domina politicamente o Estado, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo novos meios para a manutenção e reprodução da repressão e da exploração das classes oprimidas.²⁸

Uma nação, ou, melhor, uma nacionalidade, é comunidade de tradições, história, língua, etc., tendencialmente comum, vivendo em um território dado. Muitas nacionalidades, como a curda ou a basca, jamais conheceram Estado nacional. O Estado-nação surge quando regiões de uma mesma ou de diversas nacionalidades passam a conhecer uma mesma dominação estatal, no contexto de leis, costumes, tradições, etc., tendencialmente comuns.

O Estado-nação foi fenômeno exigido pelo desenvolvimento do sistema mercantil e sobretudo capitalista de produção, que necessitava mercado nacional e, a seguir, colonial. É uma constatação histórica de que, em geral, sobretudo na Europa e na América, as nações foram forjadas pelo Estado Nacional – poder local – que demarcou seu espaço territorial, sua cultura, sua língua, etc.²⁹

Na Europa Ocidental, de um modo geral, diversos fatores contribuíram à formação dos Estados nacionais. Entre eles, podemos apontar: desenvolvimento do comércio, da indústria da expansão marítima, etc. O Estado-nação foi aparecendo de acordo com as condições

²⁸ LÊNIN, Vladimir I. *O Estado e a revolução*: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 9.

²⁹ MALUF, Sahid. *Teoria geral do Estado*. 23 ed. ver. ampl. atual. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 15.

concretas de cada lugar. No período de transição entre feudalismo e capitalismo, o mercantilismo foi entendido como a política e a prática econômica dos Estados nacionais.³⁰

Existe uma diversidade de conceitos sobre Estado. Um grande número de autores estudaram profundamente a questão. No entanto, não há uma definição que seja consensualmente aceita. As definições são pontos de vista de cada doutrina, de cada corrente ideológica, de cada orientação e de cada autor. As visões que apresentamos são as que nos parecem mais corretas e operacionais, para o escopo de nosso trabalho, que não é o de analisar o seguimento de construção das nações, ou o “princípio da nacionalidade”, ocorrido na Europa, entre 1830 e 1880. Interessa-nos, sobretudo a Unificação italiana e a Unificação alemã, respectivamente, ocorridas, em 1870 e 1871.³¹

Sobre a Itália

De 1859 a 1870, ocorreu o movimento, *de cima para baixo*, de unificação-formação do Estado nacional italiano. A monarquia piemontesa comandou os interesses da frágil burguesia, em associação com os grandes proprietários rurais, sobretudo meridionais. Em *Os senhores da Serra*, publicado por primeira vez em 2000, o historiador Mário Maestri escreveu que: “Com a Unificação, criava-se o quadro nacional necessário ao desenvolvimento do capitalismo italiano”.³²

Para cobrir os gastos com a Unificação e organização do novo Estado, o governo italiano implementou intensa pressão fiscal. De um lado, medidas destinadas à formação de um mercado nacional, de uma rede ferroviária nacional, a abertura das fronteiras para a entrada de mercadorias estrangeiras, etc., *liberalizaram* a indústria e a economia. Por outro lado, deprimiram a frágil produção manufatureira sulista, em favor da setentrional, e sufocaram grande parte do artesanato rural. Tudo isso ensejava grave crise social, política e econômica no país.

A política de unificação e a política econômica liberal agravaram as relações sociais. O conjunto da população rural sofreu fortemente com o peso dos impostos, com a destruição da economia artesanal doméstica, com o ingresso de cereais, desde o exterior, a baixo preço, com a desarticulação dos mercados regionais e a queda dos preços dos produtos agrícolas, etc.

³⁰ REICHELDT, Helmut. *et. al. A teoria do Estado: materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. pp. 48 a 54 e pp. 143-4.

³¹ HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. pp. 35 a 52.

³² MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra. A colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914*. 2 ed. ver. ampl. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 29.

A questão climática – granizo, neve, enchentes etc. –, pioraram as difíceis condições de sobrevivência rural, ensejando forte *febre* emigratória. Todos esses eventos coexistiram com a transformação capitalista dos campos, já referidas.³³

De 1875 a 1880, nas regiões altas do Vêneto, nas províncias de Treviso, Údine, Vicenza e Beluno, parte da população rural deslocou-se em busca de trabalho para garantir o sustento da família. Era comum migrar, de tempos em tempos, das províncias italianas do norte para países vizinhos, em busca de serviço temporário. Os agricultores dirigiam-se principalmente ao Tirol, à Áustria, à Hungria, à França, entre outros lugares, sempre ganhando pouco. A atividade agrícola exige campos de cultura. A mudança significava, também, para aqueles que ficavam em casa, uma boca a menos para alimentar, ainda que mais trabalho para realizar.³⁴

Em *A política de colonização do Império*, versão modificada de sua dissertação de mestrado, defendida em 1996, o historiador Paulo Pinheiro Machado assinala que o governo italiano mantinha estatística que diferenciava o fenômeno da emigração, considerando *vera e própria* imigração apenas o deslocamento do trabalhador que envolvia toda a sua família, enquanto que o fenômeno da emigração *temporanea*, se caracterizaria por emigrantes clandestinos, munidos, em alguns casos, de passaporte válido por apenas um ano. Nesses casos, comumente, a fuga era provocada por contratempos como dívidas com comerciantes, com arrendatários, etc.³⁵

A Unificação

Em *A Colonização italiana no Rio Grande do Sul*, de 1975, o sociólogo Olívio Manfroi, ex-capuchinho, escreve sobre a unificação italiana, concluída em 1870: “[...] como efeito, após a proclamação do Novo Reino, a Itália foi submergida por inúmeros problemas jurídicos, econômicos e sociais, resultado de cinquenta anos de lutas e conspirações pela unificação”. O autor aponta que, os anos 1884-1894 foram particularmente ruins para a economia italiana. Naquele decênio, os agricultores, sobretudo os operários agrícolas, conheceram a miséria e, comumente, a fome. O fato mais indicativo da crise foi o aumento considerável da emigração transoceânica. Segundo Manfroi, nesses anos, ocorreu verdadeira

³³ FRANZINA, Emilio. *A grande emigração*. *Op. cit.* p. 77.

³⁴ KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 21.

³⁵ MACHADO, Paulo P. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. pp. 47-58.

hemorragia nacional, com o aumento notável da emigração principalmente para o continente americano.³⁶

A Unificação fortaleceu a especulação capitalista. O norte da Itália prosseguiu seu ingresso tardio e limitado no campo industrial, com a riqueza se acumulando nas mãos de poucos, enquanto no Sul, agrícola, continuava a situação de abandono e pobreza. Sobretudo, o Norte sentiu a pressão populacional com o intenso retalhamento de terras destinadas à agricultura. Dessa região, de acordo com Arlindo Battistel e Rovílio Costa, em *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*, partiu o “maior número de imigrantes para os Estados Unidos, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e para outras nações da América Latina”. Os mesmos autores assinalam que esse contingente seria formado por agricultores, poucos artesãos e comerciantes e pessoas de outras profissões.³⁷

Entre a Unificação e a Primeira Guerra Mundial, a estrutura econômica da Itália, foi fortemente caracterizada pela predominância do setor agrário. Durante o mesmo período, a composição social e profissional do fluxo migratório foi marcada de modo evidente, praticamente em todas as fases, pela presença de muitos emigrados saídos das classes rurais mais pobres, isto é, não somente de camponeses proprietários, mas também de meeiros e assalariados rurais. Ao se referir à origem social e profissional dos emigrados italianos, Paulo Pinheiro Machado revela que segundo à *Statistica*, “em 1878, 57,35% são agricultores [...] e 8,06% são trabalhadores rurais e, o restante, de outras profissões”. Segundo o historiador, era “flagrante a presença rural e camponesa no conjunto da corrente emigratória no período”.³⁸

A respeito do movimento migratório italiano, ao citar Galasso, o historiador italiano Franzina assinala que o movimento “deveria ser considerado como aspecto, e não dos menos importantes, do processo de formação da grande economia capitalista e industrial no mundo contemporâneo; [...] determinadas pelo advento de formas produtivas e comerciais superiores como são, justamente, as da indústria e do capitalismo contemporâneo”. O desenvolvimento econômico italiano foi orientado pelos interesses das áreas mais fortes e desenvolvidas economicamente. O Estado italiano não conseguiu promover crescimento agrícola equilibrado, só reforçou a subordinação dos mercados mais fracos às áreas mais desenvolvidas.³⁹

³⁶ MANFROI, Olívio. *A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Est., 2001. pp. 45-47.

³⁷ BATTISTEL, Arlindo I. COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos - vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre: EDUCS, 1982. p. 14.

³⁸ MACHADO, Paulo P. *A política de colonização do Império*. Op. cit. p. 59.

³⁹ GALASSO, Giuseppe. *Mezzogiorno medievale e moderno*. Turim, 1975, pp. 352-53. In FRANZINA Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 65.

Sobre a Alemanha

No século 19, a propriedade camponesa europeia sofrera um grande golpe, como já assinalado, o período foi marcado pela maior migração livre de povos da história. As estatísticas oficiais da época não permitem precisar com exatidão o movimento humano dentro dos países europeus. O êxodo rural para os centros urbanos, o cruzamento de oceanos, a mudança constante de uma cidade para outra, com populações movendo-se em todas as direções, tornou muito difícil indicar com precisão esses movimentos populacionais. As correntes migratórias não foram todas iguais. A maioria da população europeia era de origem rural, migrando, sobretudo os habitantes do campo.⁴⁰

Falar em Alemanha para grande parte do século 19, requer registrar que ela não existia como unidade nacional. Nesse então, de acordo com Max Weber, em *A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além – Elba de 1892*, havia províncias independentes entre si. O que identificava todos, e daí podermos falar em Alemanha, era, sobretudo a língua. Como língua escrita, o alemão que pertence ao grupo lingüístico germânico-holandês, ramo ocidental das línguas germânicas, surgiu no século 16. É formada por dois grandes grupos dialetais: o alto alemão e o baixo alemão. Havia vários dialetos diferenciados, entre eles o bavário e o alemânico, conhecido, também, este último, pelo nome de alemão superior, para o qual foram traduzidos textos medievais. Ele serviu de base para o alemão contemporâneo. Martin Lutero popularizou o alemão culto, ao traduzir a bíblia, criando assim um importante texto de leitura acessível aos germânicos.⁴¹

Em 1809, na França, o imperador Napoleão Bonaparte detinha o poder absoluto. Diversos enfrentamentos armados ocorreram entre Prússia e França. Em 1813, aconteceu o último combate entre o exército prussiano e o *imbatível* exército napoleônico. Na Confederação do Reno, na Batalha de Leipzig, os aliados Áustria, Prússia e Rússia derrotaram o exército francês, conquistando Paris e, restabelecendo a monarquia francesa. Em novembro de 1815, após as decisões do Congresso de Viena, algumas províncias formaram a Confederação Alemã.

⁴⁰ HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital, 1848-1875*. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. pp. 271-74.

⁴¹ WEBER, Max. A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas províncias do Além-Elba [1892]. In: SILVA, José Graziano da e STOLCKE, Verena (orgs). *A questão agrária*. Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stálin. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 15.

O lupen-proletariado

Nas províncias confederadas alemãs, o comércio e a indústria eram regulados por velhas leis medievais. A produção agrícola baseava-se no sistema de afolhamento trienal. O camponês muito raramente comia carne, alimentava-se de pão escuro, de queijo grosseiro, de ervilhas, e de algumas raízes: sobretudo, cenoura, rabanetes e nabos. O consumo de batatas atenuava o risco da fome absoluta. Enorme parte da produção camponesa era para consumo doméstico, com destaque para a lã e o linho que as mulheres teciam.⁴²

Na Alemanha, a legislação agrária sofreu diversas reformas, parcialmente, concluídas em 1848. A redução da propriedade rural a pequenas dimensões, a mecanização da lavoura foram duas grandes causas do êxodo rural. As máquinas diminuiriam também as tarefas do camponês, como escreve Kautsky - “dentro do modo de produção capitalista, a finalidade da máquina não é economizar energia de trabalho, mas de economizar salário”. A agricultura não oferecia à família camponesa as condições necessárias para a sobrevivência, obrigava-a a procurar uma renda extra. As reformas agrárias beneficiaram os nobres. Para permanecerem na terra, os camponeses deveriam pagar altas taxas ao fisco e à nobreza.⁴³

Em meados do século 19, na Prússia, era grande o número de pequenas propriedades. O camponês precisava de crédito para enfrentar o esgotamento da terra e as despesas com o plantio. A inadimplência e a insuficiente renda da terra expulsaram-no da exploração agrícola. Nesse período, na Confederação Alemã, a Revolução Industrial atingiu o auge. Em certas regiões, indústrias estabeleceram-se e, com elas, formou-se uma nova categoria social - o lupen-proletariado. Eram ex-camponeses com roupas velhas, sujas e esfarrapadas que, por razões já mencionadas, foram forçados a deixar suas aldeias.⁴⁴

A Unificação alemã

No mesmo período reacenderam-se antigas divergências territoriais entre a Prússia e a Dinamarca e entre Prússia e a Áustria e, logo mais tarde, em 1867, entre Prússia e a França. Tantos conflitos bélicos levaram à derrota da Confederação Alemã. As sucessivas lutas internas e externas, aliadas à fome, à escassez e à fragmentação da terra, forçaram talvez cerca de cinco milhões de habitantes a deixarem sua terra de origem.⁴⁵

⁴² SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974. pp. 22-6.

⁴³ KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 42.

⁴⁴ KAUTSKY, Karl. *Op. cit.* pp. 126-9.

⁴⁵ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 27.

Sob a liderança do chanceler Otto von Bismarck, em torno da Prússia, teve início a marcha para a unificação das províncias alemãs, que ocorreu em 1871. Com três guerras sucessivas, o reino prussiano alcançou seu objetivo. A criação do núcleo de uma Alemanha unida e forte forçou diversas províncias a incorporarem-se ao Império Alemão, com povos de distintas origens nacionais, através de mais de cinquenta anos. Diferentemente da França que, por meio do movimento burguês-revolucionário de 1789, com forte participação popular-camponesa, pôs fim ao sistema feudal, ensejando nova ordem nacional, burguesa, capitalista, centralista.⁴⁶

Na Alemanha, as transformações decorrentes da centralização nacional ocorreram, em boa parte, burocraticamente, através de decretos e leis comandadas por aliança conservadora entre as classes agrárias e burguesas. Para Aldair Lando, em *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*, publicado em 1976, a “revolução agrícola serviu de processo propulsor ao desenvolvimento do processo industrial”. Como conseqüência desse processo, os proprietários feudais metamorfosearam-se em grandes proprietários alodiais de terras e os antigos servos e dependentes, em boa parte, em trabalhadores assalariados e sem terra.⁴⁷

As mudanças ocorridas com a Unificação alemã ocasionaram perseguições políticas, religiosas, dificuldades sociais e fortes lutas pela melhoria nas condições de vida. Nem todos aceitaram pacificamente as novas transformações, realizadas, como assinalado, fortemente em detrimento das classes populares. As guerras, o serviço militar, as más colheitas, os impostos pesados, o alto preço dos arrendamentos, o aumento dos preços dos alimentos e conseqüentemente a fome, foram os motivos principais para o abandono definitivo da ‘pátria’, devido à grande emigração de alemães no século 19.

Carga útil

As reformas tributárias, o desenvolvimento da indústria, a crise da produção doméstica rural, etc. foram outros fatores que forçaram muitos alemães a ultrapassarem as fronteiras. Sob a pressão da industrialização, mestres e artesãos proletarizaram-se. A disputa entre produtos manufaturados e industrializados transferiu o contingente excedente do meio rural para a cidade. Urbanização e emigração andaram juntas, inicialmente dentro da própria

⁴⁶ JOCHEM, Toni Vidal & ALVES, Débora Bendocchi. *São Pedro de Alcântara: 170 anos depois 1829-1999*. Elbert: São Pedro de Alcântara, 1999. pp.10 e 11.

⁴⁷ LANDO, Aldair Marli. BARROS, Elaine C. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Movimento – IEL, 1976. p. 12-3.

Europa. Mais tarde, os trabalhadores banidos do campo encontraram na travessia transoceânica alternativa para a sobrevivência.⁴⁸

Em *A era do capital*, de 1977, Eric J. Hobsbawm, lembra que o século 19 foi uma gigantesca máquina de desenraizar os homens do campo. As dificuldades econômicas e, principalmente, a pobreza, foram fatores que os sujeitaram à emigração para escapar das más condições de vida. Segundo o autor, pobres emigraram mais do que os ricos. “Portanto, não pode haver dúvida de que a primeira grande onda de emigração de nosso período (1845-54) foi essencialmente uma fuga da fome ou pressão da população na terra, basicamente na Irlanda e na Alemanha, que forneceu 80% de todos os emigrantes transatlânticos nesses casos.”⁴⁹

Para as companhias de navegação e seus agentes, o pretendente à expatriação, para desviar-se da fome, tornou-se carga útil e complemento da carga, ao ocupar espaços considerados *devolutos*, por exemplo, no retorno de viagem à América, e, não raro, o responsável pela entrada de importantes recursos, em boa parte devido ao financiamento, pela nação importadora de futuros trabalhadores rurais.

Segundo Olívio Manfroi, a Colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, ocupada por imigrantes alemães, fundada em 1824, foi a “obra mais importante do governo imperial em matéria de colonização européia”. A evolução do processo imigratório no Brasil enfocou disputas entre os projetos que, inicialmente, traziam imigrantes na condição de pequenos proprietários, e, a seguir, como mão-de-obra para a grande lavoura paulista, sobretudo cafeeira. Mais tarde, quando da crise da escravidão, o governo de São Paulo desenvolveu uma política de imigração subvencionada.⁵⁰

O doutor em história econômica Paulo César Gonçalves assinala sobre o início desse movimento migratório no Brasil: “Em 1827, chegaram 200 imigrantes alemães e 726 em 1828, trazidos de Bremen pelo enviado do governo imperial, major Jorge Antonio Schaffer”. Uma das cláusulas do contrato obrigava os europeus, caso fosse necessário, a pegarem em armas, bem como sujeitar seus filhos ao serviço militar. Antes dessa introdução, como assinalado, colonos alemães haviam chegado ao Rio Grande do Sul.⁵¹

Em 1850, aprovou-se o contrato celebrado entre o governo imperial brasileiro e a Sociedade Colonizadora, estabelecida na cidade de Hamburgo, como assinala Gonçalves,

⁴⁸ JOCHEM, Toni Vidal. ALVES, Débora Bendocchi. *São Pedro de Alcântara: 170 anos depois 1829-1999*. Elbert: São Pedro de Alcântara, 1999. pp.14 e 15.

⁴⁹ HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital, 1848-1875*. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 281.

⁵⁰ MANFROI, Olívio. *A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Est., 2001. p. 29.

⁵¹ GONÇALVES, Paulo César. Desdobramentos da política imigratória brasileira: um estudo fundamentado na legislação sobre colonização. In revista *Agora – UNISC*. Vol. I, n. 1, março 1995. p. 194.

“para a fundação de uma colônia agrícola em terras pertencente a província de Santa Catarina”. Até a década de 1890, diversos contratos foram feitos para a introdução de imigrantes.⁵²

A população rural

Até 1860, os trinta e nove Estados alemães conservaram, essencialmente, o regime de artesanato doméstico. Seu atraso, em relação aos outros países em processo de industrialização, foi responsável pela liberação de um excedente populacional que o sistema de produção não conseguiu absorver. Conforme lembra Aldair Marli Lando, a industrialização que se desenvolveu logo após 1870, permitiu a circulação de “homens e capitais entre todas as unidades [...] ao mesmo tempo ocasiona a ruína de artesãos e trabalhadores da indústria doméstica que não tem condições de resistir à concorrência das grandes empresas”.⁵³

Na Alemanha, a população da zona rural reduziu-se, ao passo que aumentou o número de máquinas utilizadas na agricultura. Em *O capitalismo na agricultura*, Vladimir Lênin escreveu que naquele país, entre 1882 e 1895, “a população rural diminuiu, [...] de 19.200.000 para 18.500.000 (o número de assalariados agrícolas passou de 5.900.000 para 5.600.000)” e, que o número de máquinas empregadas na agricultura, no mesmo período, “subiu de 458.369 para 913.391”. Em termos genéricos, essa é uma das leis tendências gerais do capitalismo no campo.⁵⁴

Neste período, ocorreram importantes transformações na atividade agrícola. Velhas relações agrárias e antigas formas de propriedade da terra passaram a ser revolucionadas pela rápida mecanização da agricultura. As máquinas agrícolas e o incremento da circulação mercantil empurraram os trabalhadores rurais para a cidade. De acordo com Kautsky, no Império Alemão, os estabelecimentos agrícolas que dispunham de implementos eram os apresentados na Tabela 2:⁵⁵

⁵² Id. Ib. p. 186.

⁵³ LANDO, Aldair M. BARROS, Elaine C. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Movimento – IEL. 1976. p.14

⁵⁴ LENIN, Vladimir I. O capitalismo na agricultura (o livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov). In: SILVA, José Graziano da e STOLCKE, Verena (orgs). *A questão agrária*. Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stálin. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 82-3.

⁵⁵ KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. pp. 41-3.

Tabela 2: Implementos agrícolas no Império Alemão.

Equipamentos	1882	1895
Charrua a vapor	836	1.696
Semeadeiras (troçadas pelas plantadeiras)	63.842	20.673
Ceifeiras	19.634	35.085
Plantadeiras	nenhuma	140.792
Debulhadoras a vapor	75.690	259.069
Outros tipos de debulhadoras	298.367	596.869

Fonte: KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p.43.

Nessas condições, a industrialização e os movimentos populacionais andaram juntos. Em decorrência do desenvolvimento do capitalismo industrial, ocorreu migração dos moradores do campo para os centros industriais. Em 1885, em Berlim, historiador inglês Eric Hobsbawn destaca que: “81% dos homens engajados no suprimento de alimentos, 83,5% dos envolvidos na construção e mais de 85% em transporte tinham nascido fora da cidade”. Este desarraigamento era previsível. O fluxo populacional continuou numa escala muito grande, como demonstraremos ao longo do capítulo, pela via da pesquisa arquivística e documental.⁵⁶

Em 1902, um manual do governo alemão estimava que havia no Brasil 350 mil alemães ou descendentes. O documento revelou que 150 mil viviam no Rio Grande do Sul, isso representava quinze por cento da população estadual. Oitenta mil alemães ou descendentes ocupavam o território catarinense – ou seja, vinte por cento dos seus habitantes. No Estado do Paraná, eles eram vinte e cinco mil - ou seja, sete por cento de seus residentes.⁵⁷

O camponês vai ao mercado

A família camponesa da Idade Média era um núcleo econômico que se abastecia, quase totalmente, com os produtos advindos da sua atividade agrícola e artesanal doméstica. A floresta e o riacho contribuía para a sobrevivência com lenha, madeira e água. O leite e a carne, consumidos com parcimônia, provinham dos animais da pequena exploração. Com habilidade desenvolvida e o uso de ferramentas grosseiras, construía-se a casa, fabricavam-se os utensílios domésticos e os móveis. As vestimentas eram preparadas artesanalmente e obtidas a partir do couro e do linho.

⁵⁶ HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital, 1848-1875*. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 276 e 283.

⁵⁷ RICHTER, Klaus. *A sociedade colonizadora hanseática de 1891 e a colonização de Joinvile e Blumenau*. 2 ed. rev. e ampl. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992. p.14.

O camponês utilizava-se do mercado para comercializar quantidade mínima de seus produtos, comprando apenas aquilo que não conseguia produzir, como o sal e o ferro, utilizado este último em instrumentos e ferramentas valiosas. A existência camponesa não era garantida pela visita ao mercado. Essa sociedade, praticamente indestrutível, abalava-se sobretudo com variações atmosféricas, com a invasão de exércitos inimigos, com grandes epidemias. A floresta oferecia proteção contra as adversidades e, mantendo-se os braços e as sementes necessários à lavoura, qualquer mal era reparável.⁵⁸

A modificação nesse quadro rural foi introduzida revolucionariamente com o comércio e a indústria urbana. O desenvolvimento da indústria têxtil de algodão produziu tecidos a preço tão baixo que o uso do linho, sobretudo tecido artesanalmente, quase desapareceu. Os sapatos de couro substituíram em boa parte os de cortiça e de madeira. As peles de animais foram trocadas pelas blusas de lã. O mesmo ocorreu com os instrumentos agrícolas, anteriormente produzidos pelo artesanato doméstico e rural. Os novos artigos diminuíram, por um lado, a renda monetária camponesa, enquanto exigiam do produtor rural fundos para adquirir as novas necessidades. Agora, o camponês não conseguia mais manter a sua anterior situação de independência sem dinheiro.⁵⁹

O produto e o Intermediário

Para que o camponês obtivesse renda monetária, devia transformar parte de sua produção agrícola em mercadoria. A materialização dessa transformação ocorreu com a venda de seus produtos no mercado. No entanto, ele só conseguia negociar aqueles produtos que a indústria urbana necessitava, tornando-se assim refém do mercado. Devido à precariedade das comunicações e à superprodução agrícola da Europa no século 18, não se estabeleceu equilíbrio entre o excesso de produção, de um lado, e da escassez, do outro. A boa colheita provocava a queda dos preços e a má fazia o preço subir.

Em *A questão agrária*, publicado pela primeira vez em 1898, o teórico alemão marxista Karl Kautsky escreveu que, com essa gangorra, quanto mais a produção de bens agrícolas transformava-se em produção de mercadorias, menos ao homem do campo era possível manter-se na fase primitiva da venda direta do produtor ao consumidor. “Quanto mais distantes e extensos se tornavam os mercados para os quais produzia o homem do campo, mais difícil se tornava, para ele, a venda direta ao consumidor e tanto mais necessário

⁵⁸ WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. curso de antropologia moderna. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1970. p. 60.

⁵⁹ KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1976. p. 19.

se tornava o intermediário”. Então, o negociante, representante do capital comercial, colocou-se entre o consumidor e o produtor aproveitando-se “dessa situação para explorar o camponês”.⁶⁰

O intermediário surge como produtor do capital usurário, para o camponês, uma nova forma de exploração, talvez, a pior de todas. Nos momentos de colheitas precárias, o agricultor era obrigado a emprestar, hipotecando a terra como garantia. A destruição que o fogo, a espada e as condições atmosféricas não haviam conseguido fazer, durante séculos, as crises do mercado conseguem em poucos anos. Essas crises não eram um tormento passageiro. Ao contrário, apropriavam-se do mais considerável de todos os meios de produção - a terra. No primeiro momento, levaram a produção camponesa, a seguir, seu meio de produção, desarticulando assim sua velha economia rural.⁶¹

Os grandes proprietários absorveram os pequenos produtores, determinando a proletarianização das camadas mais pobres do campesinato, pressionados pelos impostos e pelo aluguel da terra. Ao penetrar nos campos, o capitalismo concentrou a riqueza, como fizera na indústria. A evolução da indústria urbana promoveu o rompimento da estrutura familiar rural, ensejando, entre outros fatores, a necessidade da diminuição drástica da família rural. Para o braço camponês excedente, apresentaram-se algumas alternativas: trabalhar como tarefeiro; arrolar-se no exército; proletarianizar-se na cidade; emigrar; etc.

A Corte Portuguesa no Brasil

Durante o Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte à Inglaterra (1806), a monarquia portuguesa manteve uma difícil e duvidosa posição de neutralidade. Quando em 1807, Napoleão ordenou a ocupação e desmembramento do reino português, secretamente, forças inglesas e portuguesas traçaram a rota de fuga da Coroa Portuguesa para o Brasil. A transferência para a colônia era uma idéia mais antiga, pois a aristocracia lusitana tinha consciência que então vivia sobretudo da renda colonial brasileira, que procurava resguardar com o deslocamento do Estado do Império português para o Rio de Janeiro.⁶²

Em janeiro de 1808, logo que chegou a Salvador, o príncipe João decretou a abertura dos portos coloniais às *nações amigas*, decretando a liberdade comercial. Em 7 de março de 1808, sob escolta inglesa, o comboio real chegou meio desgarrado, ao Rio de Janeiro, que de

⁶⁰ KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 20.

⁶¹ Loc.cit.

⁶² MAESTRI, Mário. Há 200 anos a corte portuguesa fugia para o Brasil. Revista eletrônica Correio da Cidadania. Escrito em 10 de dezembro de 2007. www.correiocidadania.com.br acessado em 14 de dezembro 2007, às 18h00.

capital da colônia, passou a capital de todo o reino português. O príncipe regente autorizou a fundação do Banco do Brasil, a instalação de uma fundição, de uma tecelagem, de moinhos de trigo, de fábrica de vidros e pólvora.

A abertura dos portos para as nações amigas, em 28 de janeiro de 1808, fez parte do processo imigratório da Corte Portuguesa ao Brasil, na procura de manutenção, em outro patamar, do que restava do império lusitano. Esse ato oficial significou a plena liberdade para o processo de expansão mercantil britânico, com a conseqüente conquista plena do mercado do Brasil. Essa exigência inglesa foi a contrapartida da monarquia portuguesa pela proteção e auxílio na difícil situação que se encontrava Portugal, na luta contra o Império Francês.⁶³

Nesse período, a Inglaterra era a pátria do capital industrial. Seus interesses mercantilistas não se encontravam então baseados na conquista e colonização territorial, mas na expansão do capital comercial, para a realização da sua produção industrial. O governo inglês buscava conseguir mercados consumidores para as suas manufaturas, impedidas de entrar na Europa pelo bloqueio napoleônico. E um dos principais objetivos eram as colônias portuguesa e espanhola na América. E o mercado brasileiro foi conquistado através de diversos tratados entre as partes.

A promessa da extinção em futuro próximo do comércio de trabalhadores africanos escravizados foi uma conseqüência da ajuda do governo inglês à transferência da corte portuguesa. Em 1815, na reunião do Congresso de Viena, o governo português assinou um tratado que previu o término do tráfico de humanos para 1826, concedeu a marinha britânica o “direito de visita”, ou seja, de inspeção de navios em alto-mar suspeitos de transportarem cativos. A proibição do tráfico de trabalhadores escravizados da África para a América deixou claro que, para ocupar seu lugar, seria necessário trazer trabalhadores de outros países.⁶⁴

O fluxo emigratório

Como vimos, a explicação para o grande contingente emigratório europeu, durante o século 19, não se resume a um único fator. Porém, entre as suas grandes causas encontraram-se as transformações agrárias impostas pelo avanço do capitalismo naquele continente. A estrutura social das cidades alemãs se modificou devido ao malogro dos movimentos liberais e pelo processo de unificação nacional, criando segmentos populacionais desejosos de deixar

⁶³ MANFRÓI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Est, 2001. pp. 26-27.

⁶⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11 ed. São Paulo: Edusp, 2003. p.125.

o país. A expansão do capitalismo no norte da Itália proletarizou grande número de trabalhadores rurais, sem garantir-lhes emprego no incipiente centro urbano.⁶⁵

Houve importantes fraturas na tradicional ordem agrária de subsistência. Em *A terra prometida*, de 1999, a historiadora Roselys dos Santos assinala que, “muitos lugarejos ficaram quase desertos, quando seus habitantes partiram em massa, muitas vezes acompanhados pelo pároco do lugar, para a longínqua América”. Segundo a origem e a data da partida, variavam as profissões, o perfil cultural, os costumes, etc. dos emigrantes, criando forte heterogeneidade entre os europeus que aportaram na América.⁶⁶

Há uma ligação causal, em um sentido negativo, entre o fluxo emigratório e o processo de extinção da escravatura no Brasil. Na primeira metade do século 19, há indícios do aumento da defesa dos grandes proprietários do recrutamento de trabalhadores escravizados. Foram realizadas diversas manobras e ações centralizadoras pelo Estado monárquico escravista para retardar o processo de desescravização e atrasar o desenvolvimento da produção livre no Brasil.⁶⁷

Do abolicionismo à imigração

Não é nosso objetivo analisar e discutir o fim da ordem escravista de produção no Brasil. No entanto, para o fenômeno da imigração, é importante entender o período. Basta lembrar a abolição do tráfico transatlântico de trabalhadores escravizados, em 4 de setembro de 1850, a Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, e a Lei dos Sexagenários, em 28 de setembro de 1885. Tal seqüência formou um conjunto de ações ou movimentos que, por um lado, determinou a agonia tendencial do modo de produção escravista [abolição da escravidão] e, por outro, procurou estendê-lo [Ventre Livre e Sexagenários]. O nascimento do movimento emancipacionista e, a seguir, abolicionista, fortaleceram a rebeldia nas senzalas, ensejando o fim da escravidão, sancionada em 13 de maio de 1888, a partir de poucas palavras escritas à pena.

Para os escravistas, a abolição da escravatura era apenas um grande passo para a democratização da sociedade brasileira. De acordo com Robert Conrad, em *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, publicado em 1975, a “escravatura foi abolida por uma dura e complexa luta”. O abolicionismo constitui um fomento à imigração, ao interesse da iniciativa

⁶⁵ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 158.

⁶⁶ DOS SANTOS, Roselys I. C. *A terra prometida: emigração italiana: mito e realidade*. 2 ed. Itajaí: Ed. da Univali, 1999. p. 94.

⁶⁷Cf. DA COSTA, Emília Viotti; *Da senzala a colônia*. São Paulo: UNESP, 1998; CONRAD Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1978.

privada, sobretudo, de proprietários de cativos e terras, para a contratação de mão-de-obra livre.⁶⁸

A extinção do trabalho escravizado, que a princípio pareceu um problema, exigiu forte aceleração da imigração. Para Jacob Gorender, em *O escravismo colonial*, lançado em 1978, “no fundo, podemos dizer, [...], que o imigrantismo constitui uma solução – entre outras possíveis - para o problema criado pelo abolicionismo”. A imigração maciça de europeus, não portugueses, empregou-se como um processo necessário e a conseqüente instituição de um novo mercado para trabalhadores livres e assalariados.⁶⁹

⁶⁸ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1978. p. 336.

⁶⁹ GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 6 ed. Ática: São Paulo, 2001. pp. 597-8.

CAPÍTULO 2

A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE SANTA CATARINA

A busca pelo europeu não português

A partir de janeiro de 1808, com a assinatura do decreto de abertura dos portos às “nações amigas”, o príncipe regente dom João permitiu, simultaneamente, a abertura comercial e o estabelecimento de núcleos coloniais no Brasil por grupo de estrangeiros não portugueses. A entrada do contingente populacional serviu a seguir de base para fundação de vários núcleos colonial-camponeses, com destaque para o sul do país. A colônia Leopoldina, fundada em 1818, no sul da província da Bahia, de acordo com Carlos Oberacker Jr., é a primeira colônia estrangeira, formada por alemães que, “ainda não se baseava no trabalho livre, e sim no aproveitamento de escravos.”⁷⁰

A introdução da primeira leva de emigrantes europeus não portugueses no Brasil, com fins de colonização territorial, ocorreu em 1819, patrocinada pelo governo imperial português. O recrutamento de suíços, de língua francesa e confissão católica, trazidos para o Rio de Janeiro, em Nova Friburgo, por agentes do governo lusitano, não alcançou os resultados esperados, devido a diversos fatores: não cumprimento de cláusulas contratuais; inabilidade para a atividade agrícola de muitos colonos, criação de animais e artesanato; a má localização das terras; distância dos mercados consumidores, etc.

Há controvérsia sobre o número de colonos desse primeiro movimento migratório. Na opinião de Martin Nicoulin, cem famílias de suíços teriam ocupado a fazenda Morro Queimado, em Nova Friburgo. Para Carlos Oberacker, foram 1.600, já para Olívio Manfroi, 1.719, para Aldair Lando e Eliane Barros 2.000 imigrantes. O desencontro estatístico

⁷⁰ OBERACKER JR, Carlos H. A colonização baseada na pequena propriedade agrícola. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História geral da civilização brasileira*. 5 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 222, T. II, vol 3.

confirma a fragilidade e desconfiança nos números oficiais. Ressaltamos que, desses colonos trazidos da região de Friburgo, na Suíça, grande parte deixou a colônia e, em 1824, teria sido reforçada com 284 colonos germânicos.⁷¹

Inicialmente, o povoamento das províncias do Rio Grande e de Santa Catarina caracterizou-se por alguns grandes objetivos estratégicos. Dom João e, mais tarde, o governo imperial brasileiro [1822-1889] desejaram criar agricultores pequenos-proprietários, que abastecessem em gêneros alimentícios o mercado interno e a lavoura monocultura escravista e exportadora. Buscava-se igualmente criar jovens agricultores que contribuíssem para a formação de um exército imperial, objetivo fortalecido pelo traslado repentino da Corte Portuguesa para a colônia americana; pelas necessidades de defesa e proteção da Banda Oriental do rio da Prata (atual Uruguai); pelos tradicionais atritos com as colônias espanholas e, a seguir, com as novas nações no Prata, etc.⁷²

Uma Imperatriz no reino

Em 25 de abril de 1821, após treze anos no Brasil, contrariado, dom João VI retornou para Lisboa acompanhado de boa parte da Corte Portuguesa. No ano seguinte, na manhã de 2 de setembro, na capital do Império, na ausência do imperador Pedro I, a imperatriz Leopoldina assinou o decreto de Independência e ordenou a separação do Brasil de Portugal. Em 7 de setembro de 1822, após ler carta da Imperatriz, as margens do riacho do Ipiranga, na província de São Paulo, o Imperador proclamou a Independência do Brasil. Rompia-se o Pacto Colonial e os laços entre Brasil e Portugal. Este acontecimento estimulou a política de colonização iniciada por dom João VI.

Nos primeiros anos do Império, até 1828, no sul, o Brasil havia sido envolvido na desastrosa política expansionista da Banda Oriental, no hoje Uruguai. Esse envolvimento exigiu a presença de fortes forças militares. Em boa parte, em meados do século 18, os colonos açorianos haviam sido levados para capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul com esse objetivo. Era preciso colonizar e garantir a ocupação do território sulino. Para a

⁷¹ NICOULIN, Martin. *A gênese de nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil. 1817-1927*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. OBERACKER JR, Carlos H. ob. cit. p. 222; MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2 ed. Porto Alegre: Est, 2001. p. 28; LANDO, Marli e BARROS Eliane. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1976. p. 30.

⁷² MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul 1875-1914*. 2 ed. ver. e ampl. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 17.

segurança dessa região se tornou indispensável, sob o ponto de vista estratégico, recrutar estrangeiros. Mas, onde buscar os colonizadores defensores tão necessários?⁷³

Claramente, não viriam portugueses, súditos de uma nação da qual o Brasil acabara de se tornar independente. Ainda mais já se constituindo os exércitos de dom Pedro sobretudo de oficiais e soldados lusitanos. Após a Proclamação da Independência do Brasil, muitos dos soldados portugueses que deveriam retornar para Portugal, ficaram no Brasil sob ordens do novo imperador. Espanhóis, nem pensar, devido a atritos anteriores com Espanha e, então, com as novas repúblicas americanas. Quem defenderia o Império? A Prússia, que depois integraria a Alemanha, tinha um exército reconhecido e um contingente populacional rural excedente, devido aos problemas analisados no Capítulo Primeiro. Dom Pedro I, casado com a imperatriz Leopoldina, de origem germânica, interessou-se pelos prussianos.⁷⁴

Por recomendação da Imperatriz Leopoldina, da casa dos Habsburgos [Áustria], decidiu-se trazer soldados e colonos da Prússia. Dona Leopoldina conheceu na Europa sistema formador de colônia agro-militar que foi mantido para garantir as fronteiras austríacas e húngaras. A escolha foi facilitada pela vontade da Imperatriz e a delicada situação interna dos Estados germânicos. Com o fim das guerras contra a França napoleônica, havia muitos soldados desempregados, carentes de terra e trabalho.⁷⁵

Os soldados europeus

Na Confederação Germânica o serviço militar era obrigatório. A carreira militar fora uma tradicional ocupação para aquele que não encontrava emprego no campo nem na cidade. Menos de dois anos após a Independência do Brasil, em 1822, sob ordens de dom Pedro I e da imperatriz Leopoldina, o agente de confiança imperial, partidário da independência, o médico e major Johann Anton von Schaeffer [alguns autores o denominam como Jorge Antônio Schaeffer], foi incumbido de arregimentar para o Império indivíduos que atendessem as necessidades do governo imperial.⁷⁶

O major atuou em solo europeu com dupla incumbência. Precisava alistar soldados interessados em ocupar terras no sul do Brasil em um momento em que os governos europeus impediam a emigração de militares. Após violentos combates com o exército napoleônico,

⁷³ Cf. WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *A colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço, Instituto Cultural Português, 1979.

⁷⁴ LANDO, Marli e BARROS Eliane. *A colonização alemã [...]*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1976. p. 35.

⁷⁵ MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. V 1. Passo Fundo: UPF. 2006. p. 143; MACHADO. Paulo P. *A política de colonização no Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. p. 20.

⁷⁶ OBERACKER JR, Carlos H. ob. cit. p. 224.

havia o temor da formação de contingentes militares. A missão ‘secreta’ de Schaeffer era contratar voluntários para fundar colônias e mercenários para os exércitos imperiais. A maioria dos contratados era formada por camponeses, muitos artesãos dos mais diversos ofícios, médicos, professores, pastores religiosos, etc., atraídos para ocupar a área de floresta como pequenos proprietários rurais livres.⁷⁷

Em caso de perigo, os imigrantes eram obrigados contratualmente a pegar em armas. Dever que os germânicos cumpriram durante a Guerra com a Cisplatina, na Guerra Farroupilha, assim como, as demais colônias, na longa Guerra contra o Paraguai. Os imigrantes instalaram-se em áreas de florestas, longe das regiões de grandes propriedades luso-brasileiras empenhadas na criação de gado.⁷⁸

O governo brasileiro ofereceu passagem paga, direito de cidadania, liberdade de culto, concessão de lotes de terra livres e desimpedidos, materiais de trabalho e animais, isenção de impostos por alguns anos. As facilidades eram inúmeras e a oferta, generosa. Isso se confirmou mais tarde. Em 1824, os primeiros colonos *alemães* chegaram ao Rio Grande do Sul, especificamente a São Leopoldo, nas proximidades da capital da província, onde receberam lotes de terras.⁷⁹

De 1824 a 1875, de acordo com Olívio Manfroí, “a ignorância do português [ou seja, da língua portuguesa] nas colônias alemãs foi quase total”, no “isolamento em que viviam os imigrantes alemães e seus descendentes e a falta de escolas provinciais, permitiu que a língua alemã se mantivesse”. As colônias alemãs mantiveram forte homogeneidade cultural. A fidelidade ao falar alemão permaneceu após o início da colonização e se mantém, em algumas comunidades, relativamente até os dias de hoje.⁸⁰

A ocupação do território de Santa Catarina

Em 7 de junho de 1494, as famílias reais, católicas, de Castela e El-rei de Portugal assinaram o Tratado de Tordesilhas. A linha imaginária determinada pelo acordo atingiu o Brasil a partir da orla do atual estado do Maranhão até a atual cidade de Laguna, no litoral de Santa Catarina. Após 32 anos da chegada dos portugueses, dom João III, rei de Portugal,

⁷⁷SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 29.

⁷⁸MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização no Império*. ob. cit pp 20-1.

⁷⁹ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. pp. 496-510.

⁸⁰MANFRÓI, Olívio. ob. cit. pp. 100-04.

dividiu o território brasileiro em capitanias hereditárias. Coube a Pero Lopes de Souza as terras de Sant'Ana, na atual Santa Catarina.⁸¹

Antes de existir legalmente, Santa Catarina luso-brasileira reduzia-se a um apertado retângulo de terras, com menos de dez mil quilômetros quadrados, com trezentos quilômetros de comprimento e com largura nunca superior a vinte quilômetros.⁸² Em meados do século 16, o litoral catarinense serviu de apoio para as viagens a região do Rio da Prata. Nesse período, padres jesuítas, chefiados do padre Manuel da Nóbrega, pretenderam catequizar as sociedades aldeãs dos carijós. Diversos obstáculos foram postos pelas autoridades coloniais lusitanas a essas tentativas colonizadoras, logo abandonadas.⁸³

O povoamento de Santa Catarina pelos portugueses remonta a segunda metade do século 17, quando informações sobre a existência de veios auríferos provocaram fortes correntes migratórias para o litoral sul do Brasil. Com esse movimento populacional, ocorreram as fundações da vila de Paranaguá, em 1648, no atual território paranaense; a povoação de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (atual município de São Francisco do Sul), em 1658, pelo paulista Manoel Lourenço de Andrade, no litoral Norte catarinense.

Em 15 de abril de 1662, o bandeirante paulista Francisco Dias Velho, filho de Dias Velho, organizou expedição para fundar povoação na ilha de Santa Catarina, cidade do Desterro, requereu a concessão de terras para tal, em data não precisa, talvez 1672, 1673 ou 1675.⁸⁴

Quatro povoações

Por sua vez, Brito Peixoto, natural de São Vicente, senhor de grande fortuna, aparelhou embarcação para conquistar terras no sul do Brasil. Em 1684, depois de sofrer naufrágio e outras dificuldades, chegou com sua família à paragem onde fundou a povoação de Santo Antônio dos Anjos de Laguna. As quatro povoações, Paranaguá, São Francisco do

⁸¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio-1963. In: STEDILE, João Pedro. (Org). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960*, 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp.56-64.

⁸² SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. *Histórias de Santa Catarina: o Contestado*. Florianópolis: Século Catarinense, 2001. p. 4.

⁸³ SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 5. ed. ver. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004. pp. 37-8; VITTI S. J., Hélio de Abranches. *Anchieta: apóstolo do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1980. p. 46 *et seq.*

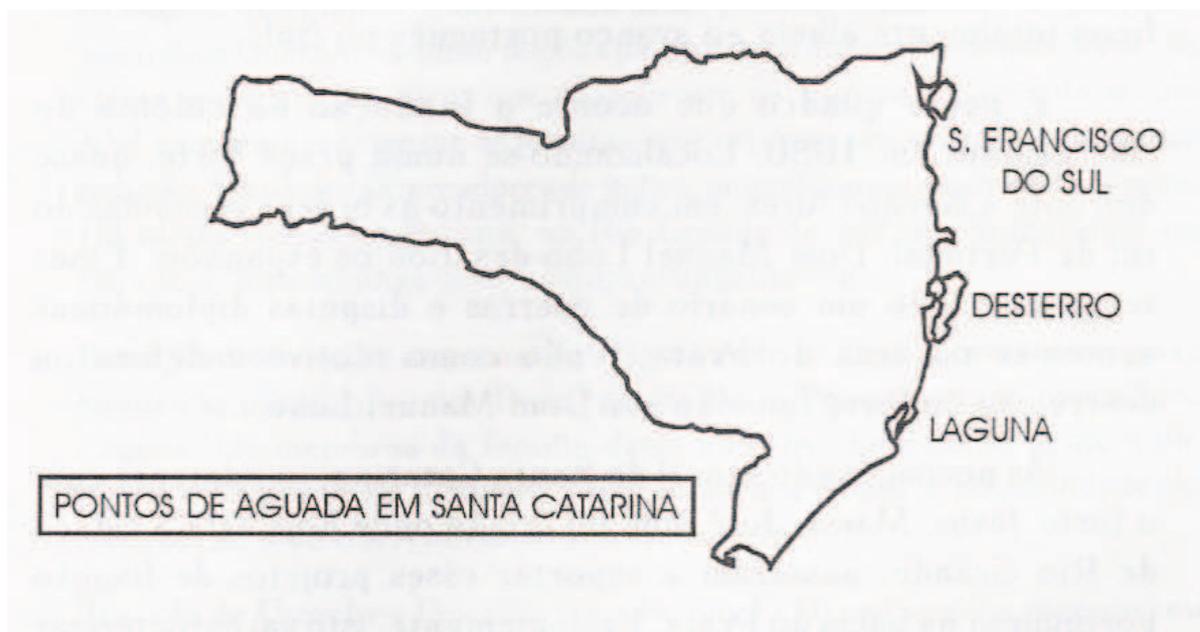
⁸⁴ PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. 2 ed. ver. aum. Florianópolis: Lunardelli, 1988. pp. 29-30; SANTOS, Silvio Coelho dos. ob. cit. p. 39.

Sul, Desterro, Laguna, formaram a base estrutural para a conquista portuguesa do sul do Brasil.⁸⁵

A subordinação direta da capitania de Santa Catarina ao vice-rei no Rio de Janeiro, a partir do ato de criação do governo militar de Santa Catarina, em 1738, separou-a da capitania de São Paulo.

Em 31 de agosto de 1746, o Conselho Ultramarino decidiu povoar o litoral sul do Brasil. Uma provisão régia, de 9 de agosto de 1747, determinou ao então governador da capitania da ilha de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Paes, que cuidasse em bem tratar os futuros habitantes da capitania, mandados buscar das ilhas dos Açores. Em 1748, chegaram os imigrantes vindos daquele arquipélago. Era a primeira leva de povoadores camponeses do território catarinense. Em 1749, alvará real demarcou os limites interioranos da apenas criada Ouvidoria de Santa Catarina.⁸⁶

Mapa 2: Primeiros povoamentos europeus no litoral catarinense



Fonte: *In*: SANTOS, Silvio C. dos Santos. *Nova História de Santa Catarina*. *ob. cit.*, p. 39.

O planalto e o oeste de Santa Catarina

Em 1766, mesmo estando esse território fora de sua jurisdição, o governador da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, ordenou a ocupação do interior da capitania de

⁸⁵ PIAZZA, Walter F. 1988. *ob. cit.* pp. 32-3; SANTOS, Silvio C. dos. *Nova história de Santa Catarina*. 5. ed. ver. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. pp. 40-1.

⁸⁶ BRANCHER, Ana. AREND, Sílvia M. F. (orgs). *História de Santa Catarina: séculos XVI e XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. pp. 88-89 e 180-3.

Santa Catarina. Designou Antônio Corrêa Pinto, abastado escravista e negociante, capitão-mor do sertão de Curitiba, a instituir uma vila, próxima ao caminho das tropas, na parte meridional catarinense. A vila mudou três vezes de local. Em 22 de maio de 1771, Corrêa Pinto lavrou a fundação da vila Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, que serviu para assegurar o caminho das tropas e garantir a posse na disputa territorial com a Coroa Espanhola.⁸⁷

A qualidade do solo da vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, no planalto central catarinense, serra acima, não se adaptava à prática agrícola, pela qualidade de suas terras e distância dos mercados consumidores, sendo, portanto, inadequada à instalação de colonos-camponeses. As pastagens naturais, imensas, obrigaram a substituir o manejo da terra pela criação de gado.

Em 1816, segundo Nery da Silva, em *Velhas fazendas sulinas: no caminho das tropas do planalto médio século XIX*, de 2003, foi aberto o “caminho Novo de Vacaria” ou também chamado de “Estrada Real” ou “Caminho do Sul”. O mesmo autor descreveu a abertura de caminhos diversos utilizados pelos tropeiros, que ligavam Vacaria no Rio Grande do Sul, passando pela vila de Lages até Sorocaba em São Paulo. Nos planaltos de serra acima, povoados e futuras cidades nasceram dos pousos e invernações das tropas e dos tropeiros.⁸⁸

As fases de ocupação

Segundo o historiador, Jaci Poli, no artigo “Caboclo: pioneirismo e marginalização”, reeditado em 1991, a ocupação dos campos e matas do oeste catarinense estabeleceu-se em três fases. A primeira fase foi a de “ocupação indígena”, até meados do século 19. Durante esse período, fora algumas incursões exploratórias de portugueses, a região era território ocupado essencialmente por grupos nativos caingangue. A segunda fase seria da “ocupação cabocla”. Nesse período, a população nativa foi em grande parte substituída por “caboclos”, cuja principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte de erva mate e o tropeirismo. Para Poli, essa fase é a mais esquecida e a menos estudada. Terceira e última fase foi a de “colonização”. Ela caracterizou-se pelo ingresso na região, sobretudo de colonos-camponeses,

⁸⁷ CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Laudes, 1970. p. 54 a 76; SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 5ª ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. pp. 44-6.

⁸⁸ SILVA Nery L. A. da. *Velhas fazendas sulinas: no caminho das tropas do planalto médio século XIX*. Passo Fundo. 2003. p. 74.

mormente de origem alemã, italiana e polonesa, chegados principalmente do Rio Grande do Sul.⁸⁹

O caboclo foi, inicialmente, em geral, um descendente nativo, distribuído, dedicado à economia de subsistência e ao extrativismo florestal, parcialmente incorporado à economia mercantil. Ele se originou, igualmente, do processo de miscigenação étnica que envolveu nativos, europeus lusitanos e trabalhadores escravizados. Esse processo criou um contingente populacional de mestiços enraizados no espaço em que foi originado.⁹⁰

Para o caboclo, a relação de apropriação da terra era através da posse. Ele a utilizava para sobrevivência, devido a sua condição social e econômica, enquanto as companhias colonizadoras não haviam barganhado junto ao governo catarinense títulos de propriedade para compra e venda de terra.

A frente da frente

No Alto Uruguai catarinense, o caboclo cultivava uma roça de subsistência. Do milho, eram e são feitos os principais elementos da comida típica cabocla: a canjica, a farinha e a *quirera*. A proteína animal provinha da caça e da pesca que era abundante. A extração de madeira e da erva mate eram as principais ocupações. As informações que dispomos sobre o uso de erva mate por parte de caboclos, para fins comerciais, no período que estudamos, não indicam que tenham se valido dela para o seu sustento. De acordo com Custódio Ribeiro da Luz, na época da entrevista com 75 anos, morador rural em Concórdia “Não fazia erva pra vende, fazia só pro gasto, ninguém comprava. [...] Pelo amor de deus, o quê tinha de ‘ervera’”. No entanto esta atividade foi sucumbida à medida que as companhias se apropriaram da terra e a comercializaram.⁹¹

O caboclo residia em toscas moradias. Além do extrativismo vegetal, ocupava-se com a obtenção dos mínimos vitais. Na opinião da antropóloga Arlene Renk, correto é designarmos o termo brasileiro às populações mestiças presentes, pois caboclo é a categoria absorvida da literatura. De acordo com Poli, o mais importante “é saber que a conceituação de

⁸⁹ POLI, Jaci. *Caboclo: pioneirismo e marginalização*. In *Cadernos do CEOM*. Ano 5, Nº 7. Chapecó (SC), abril 1991. p. 48.

⁹⁰ COMASSETTO, Carlos F. *et al.* A história de Concórdia do período anterior da sua emancipação. In *História faz história: contribuições ao estudo da história regional*. Solange Zotti (Org.). Concórdia: Unc. HISED, 2006. pp. 161-6.

⁹¹ Cf. Entrevista com Custódio Ribeiro da Luz realizada em Concórdia, em 03 de abril de 2004.

caboclo é muito mais social e econômica do que racial”. Optamos chamar a população em questão por “caboclo” pela sua popularidade e fácil entendimento regional do termo.⁹²

O projeto colonizador efetivou-se de forma planejada e amparado pelo Estado. Os neo-ocupadores do espaço passaram a adquirir terras de companhias colonizadoras particulares, formaram a frente agrícola e pecuária que expulsou, na maioria dos casos, de forma violenta ou não, o caboclo, obrigando-o a embrenhar-se nos sertões ainda não habitados.

Com o avanço das frentes colonizadoras, o caboclo deslocou-se para novas áreas, constituí-se como a *frente da frente* de colonização. Portanto, a colonização do Oeste catarinense deu-se, primeiro, pela expulsão das sociedades nativas aldeãs, depois, pela expulsão dos caboclos. Para José Carlos Radin, “a colonização não foi espontânea, mas sistemática e programada, feita a partir de interesses do Estado, das colonizadoras e especuladores”. Sob essa ótica, a glória do *desbravamento* cabe antes aos nativos e aos caboclos e apenas a seguir aos europeus e seus descendentes.⁹³

Os primeiros alemães em Santa Catarina

Em 1824, o governo imperial retomou a busca por imigrantes europeus e, em 1828, desembarcam em Desterro, atual Florianópolis, os primeiros imigrantes *alemães*, destinados ao núcleo colonial de São Pedro de Alcântara, localizado a 31 km da atual capital do Estado, portanto, relativamente perto do mercado consumidor e centro de escoamento de mercadorias. Em 1º de março de 1829, iniciou-se oficialmente a colonização. Desde o desembarque no porto do Rio de Janeiro, até a ocupação territorial da colônia, os imigrantes foram alojados e assistidos pelo governo imperial, recebendo inclusive uma diária de 160 réis para compensar o atraso pela não demarcação do lote e sua transferência definitiva.⁹⁴

No local onde foram instalados, os imigrantes conviveram com um solo de pouca fertilidade e de relevo acidentado. Tal situação provocou inúmeras reclamações por parte dos imigrantes que, descontentes, migraram e fundaram outras colônias, como a Colônia Itajahy, onde hoje se encontram os municípios de Gaspar e Brusque. O desenvolvimento da Colônia

⁹² RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997. p. 9; POLI, Jaci. *Caboclo: pioneirismo e marginalização*. In *Cadernos do CEOM*. Ano 5, Nº 7. Chapecó (SC), 1991. p. 99.

⁹³ RADIN, José Carlos. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste Catarinense*. 2 ed. rev. ampl. Edições UNOESC, 2001. p.169.

⁹⁴ PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. Lunardelli, 1983. p. 246.

de São Pedro de Alcântara foi prejudicado pelo solo pouco fértil, pela introdução de ex-soldados alemães, que não eram agricultores, arrolados para a Guerra Cisplantina [1817-28].⁹⁵

A instalação da Colônia São Pedro de Alcântara, correspondeu a uma estratégia geopolítica e militar, traçada em 1787, que consistia em abrir um acesso do litoral, via sertão, ao Caminho das Tropas ou Estrada Real, até a vila de Lages, e desta maneira, prever com segurança antecipada possíveis invasores da ilha de Desterro.⁹⁶

Em Santa Catarina, a fundação de colônias com imigrantes germânicos, teve dupla função, econômica e estratégica. Economicamente baseou-se na pequena propriedade, atividade voltada para atender o mercado interno e, estrategicamente, para ocupar áreas de floresta e servir para interligação com o litoral já colonizado. O incentivo à colonização se deve tanto à iniciativa governamental Imperial e Provincial como à iniciativa *privada*. Porém, de forma consciente, foi imposta ao imigrante a colonização baseada na pequena propriedade agrícola.

Enquanto no Rio Grande do Sul havia condições favoráveis, solo fértil, proximidade com o centro consumidor, em Santa Catarina, as dificuldades naturais e sociais impossibilitaram, inicialmente, resultados igualmente positivos, ao igual das colônias sul-riograndenses de São Leopoldo e Novo Hamburgo. O fracasso relativo da colônia de São Pedro de Alcântara, desmente a explicação do *sucesso* da ocupação colonial-camponesa do território pelo fator étnico.⁹⁷

Em 1846, o farmacêutico prático alemão e doutor em filosofia, Hermann Blumenau, de Brunswick, emigrou para o Brasil. Em 1848, conseguiu junto ao Governo Provincial a concessão de duzentos e vinte quilômetros quadrados de terras, na região do rio Itajaí-Açú, no nordeste da Província de Santa Catarina. Em 2 de dezembro de 1850, ele desembarcou com imigrantes e fundou a Colônia Blumenau onde atualmente se encontra a cidade homônima.

Hermann Blumenau aproveitou amizades influentes junto ao Governo Provincial para instalar a Colônia particular. Depois de dez anos, vendeu, por 120 contos de réis, os direitos da sua empresa colonizadora, para o Governo Imperial, e para colonos alemães, italianos, austríacos, suíços e outras nacionalidades. De acordo com Oswaldo R. Cabral, em *História de Santa Catarina*, de 1970, em “1854, a colônia já contava com 40 casas, 2 engenhos de açúcar e 2 de mandioca, já fabricava a própria cerveja, [...] sendo habitada por 246 pessoas”.⁹⁸

⁹⁵ RAMOS, Gracinda C. P. A formação do território de Santa Catarina com base na concessão de terras públicas. Florianópolis, UFSC. 2006. p. 86. [Tese doutoramento]

⁹⁶ JOCHEM, Toni Vidal. ALVES, Débora Bendocchi. ob. cit. 1999. p. 29.

⁹⁷ MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra*: 2 ed. rev. ampl. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 20.

⁹⁸ CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 2 ed. rev. at. Florianópolis: Laudes, 1970. pp. 215-8.

No início, a Colônia Blumenau abasteceu o mercado local e regional com madeiras, produtos agrícolas, bebidas e tijolos. A presença de várias pequenas atividades mercantis e manufatureiras contribuiu para gerar uma acumulação de capitais lenta e dispersa. A partir de 1875, com a chegada de novos imigrantes, provenientes da Saxônia, região industrializada da recém unificada Alemanha, instalou-se a produção têxtil, já que a atividade não apresentava um alto grau de difusão técnica, o que permitiu a cópia com facilidade.⁹⁹

Os primeiros italianos em Santa Catarina

Com a queda de dom Pedro, em abril de 1831, arrefeceu a imigração, já que as classes dominantes do Império e das províncias desinteressavam-se pela introdução de colonos-camponeses. A seguir, o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 criou a Regência Una e alterou a organização política e administrativa no período imperial. Ele conferiu maior autonomia às províncias e autorizou os presidentes de províncias a fundar estabelecimentos colonizadores. Com tal autorização, o governo da Província de Santa Catarina promulgou diversas leis que autorizaram a formação de núcleos coloniais de povoamento.¹⁰⁰

A lei Provincial nº 49, de 15 de junho de 1836, com dezenove artigos, regulamentou a colonização por empresa particular. No artigo primeiro, dizia: “É permitida a Colonização por empresa, quer por Companhias, quer individualmente, tanto a nacionais, como a estrangeiros, [...]”. O artigo segundo estabeleceu a quantidade de terra que caberia ao colono: “Para estabelecimento de Colonos, qualquer Empreendedor poderá escolher terrenos, onde os houver devolutos,”. Todos os terrenos teriam mil braças de fundo e, de frente, sendo divididos de acordo com a família dos imigrantes.

Tabela 3: Dimensões frontais dos lotes cedidos aos imigrantes.

Ocupante	Nº Filhos	Largura do lote
Colono solteiro	Zero	200 braças
Colono casado	Zero	300 braças
Colono casado	até 3	350 braças
Colono casado	acima de 3	400 braças

*Uma milha = 1000 braças / Uma braça = 2,20 m;

Fonte: Lei provincial nº 49, de 15 de junho de 1836, elaborada por Carlos F. Comassetto

⁹⁹ GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. 2 ed. ver. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2007. pp. 92-3.

¹⁰⁰ <http://www.hitedbr.fae.unicamp.br>. Acessado em 20 de dezembro de 2007 às 18h00.

A lei previa a condição tanto para “Nacionais como Estrangeiros” e isentava os colonos “de imposições de qualquer natureza por tempo de dez anos”. Ficavam os colonos temporariamente isentos de pagar impostos. Nessas condições, abriu-se o caminho para a prática de colonização por iniciativa particular.

No artigo terceiro do documento, a respeito do estabelecimento do colono, estava escrito que “metade da sorte de terras” ficava “desde logo pertencendo à propriedade do Empreendedor”. Estabeleceu-se igualmente o prazo para a propriedade pertencer ao colono: “[...] a outra metade no fim de dez anos ficará pertencendo ao Colono.” Pelo artigo sétimo, a partir da concessão, o empreendedor teria prazo de seis anos para medir, distribuir os lotes e demarcar o distrito da colônia. Não executados os serviços dentro deste prazo, os terrenos, seriam considerados devolutos.¹⁰¹

Diante de tal possibilidade, o inglês Carlos Demaria e o médico suíço-alemão Henrique Ambauer Schutel organizaram uma sociedade particular de colonização. Em 1836, trazido por esta sociedade, o navio à vela Correio aportou na baía da ilha de Santa Catarina com 186 imigrantes provenientes do Reino da Sardenha. Eles se tornaram os pioneiros da colonização *italiana* em Santa Catarina.¹⁰²

O vale do rio Tijucas foi à área autorizada para a fundação e demarcação das terras que originou a Colônia Nova Itália. O território foi motivo de diversas disputas entre a companhia Demaria & Schutel e pretensos sesmeiros, pretendentes, *intrusos*, etc. Pelo Decreto nº 91, de 27 de abril de 1838, foi prorrogado o prazo, por mais seis meses, de demarcação das terras. A contestação do direito de propriedade e exploração da terra perdurou até 10 de julho de 1846, quando o governo da Província indenizou Demaria & Schutel pelos seus investimentos.

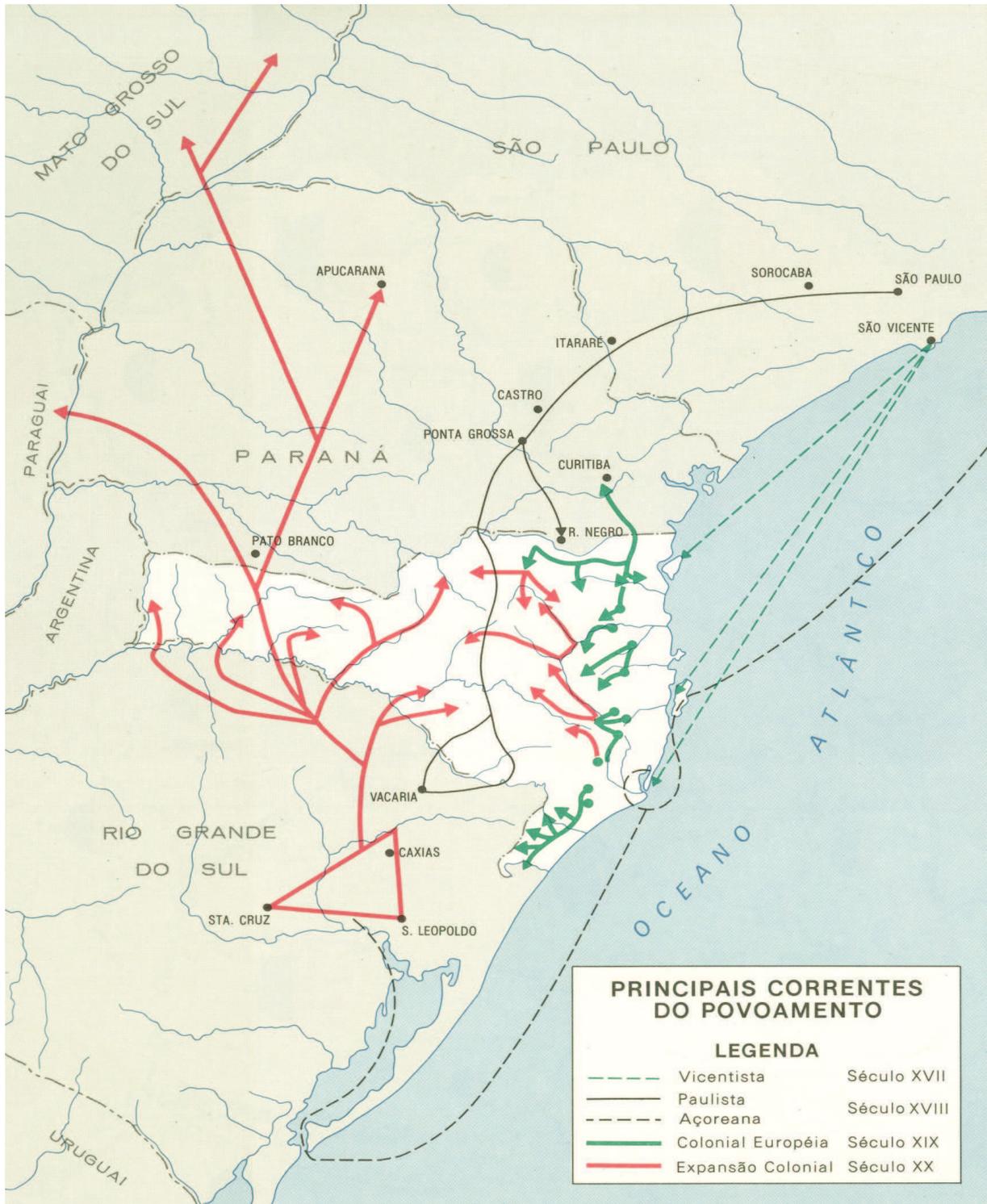
A colonização italiana deu-se em formas diversas para a região norte, sul e oeste catarinense. No litoral, na parte central e no norte do Estado, ela se processou entre imigrantes italianos e alemães. No Sul, a colonização italiana foi claramente dominante. No planalto e no oeste catarinense, a imigração efetivou-se com os excedentes demográficos, sobretudo, de teutos-rio-grandenses e ítalos-rio-grandenses, provenientes principalmente das *colônias velhas* do estado vizinho.¹⁰³

¹⁰¹ Seção de Coleções Especiais seces.cedi@camara.gov.br contato com Matie Nogi.

¹⁰² PIAZZA, Walter F. (Org.). *Italianos em Santa Catarina*. – Florianópolis: Lunardelli, 2001. p. 15.

¹⁰³ www.cfh.ufsc.br/~simpozio. Acessado em 26 de julho de 2007, às 16h10.

Mapa 3: Principais correntes de povoamento em Santa Catarina.



Fonte: Santa Catarina - Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral - Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. Atlas de Santa Catarina - Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986.

O oeste catarinense: uma longa disputa

A demarcação dos limites entre a América Espanhola e América Portuguesa aconteceu com “o Tratado de Madrid, pactuado entre Portugal e Espanha, que em 13 de janeiro daquele

ano [1750], constitui tentativa de solução pacífica global das desavenças territoriais ibéricas na América”. O artigo quinto do Tratado descreveu o limite entre o Brasil português e a Colônia espanhola. Determinou que a fronteira subiria do rio Uruguai pelo leito do seu afluente Peperi ou Pequiri, até encontrar o rio Iguaçu. Em 1^o de outubro de 1777 foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso buscando precisar os limites hidrográficos dos dois domínios.¹⁰⁴

A partir de 1853, a província do Paraná entrou também na disputa pelo território do planalto serrano, nas terras situadas, a oeste, entre o rio Iguaçu, o rio Uruguai e o rio Negro. Em 1881, o território compreendido desde o planalto catarinense até as matas argentinas foi palco de disputa entre Brasil e Argentina. Na Argentina, a disputa foi conhecida como *Cuestión de Misiones*, no Brasil, como *Questão de Palmas*. Durante o século 19, foram superados, por Brasil e Argentina, diversos problemas territoriais, contudo predominou uma rivalidade latente na busca por uma posição hegemônica no contexto sul-americano.¹⁰⁵

Em última instância, a questão remontava os tempos do Tratado de Madri, assinado em 1750 por Portugal e Espanha. A dúvida estava na área compreendida entre os rios Peperiguaçu e Chapecó, que hoje compreende parte do território oeste do Paraná e Santa Catarina. Embora o acordo assinado em 1895 tivesse posto fim à questão, a desconfiança, por parte das autoridades brasileiras, com um suposto descontentamento argentino persistia. Porém a esperada invasão argentina desses territórios nunca aconteceu.

Guerra no território Contestado

A Guerra no território Contestado foi um dos principais episódios bélicos da história brasileira e um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil. Ocorrida no início do século 20, a luta pelo domínio da terra envolveu um terço do território catarinense, e explicitou questões centrais da sociedade brasileira da época, como o caboclo, o messianismo, o coronelismo, a entrada do capital estrangeiro no país. Apesar de sua dimensão, por muitos anos, o acontecimento foi desconhecido dos livros escolares, esquecido pela historiografia e praticamente apagado da memória nacional.¹⁰⁶

¹⁰⁴ HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe* –SC. Joaçaba: UNOESC, 1996. p. 43-53; MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. Passo Fundo: UPF, 2006. p. 22;

¹⁰⁵ CARVALHO, Haroldo L. *A trama da integração: soberania e identidade do Cone Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005. p.148; VICENZI, Renilda Terra Nova, vida nova: a colonizadora Bertaso e a ocupação colonial do oeste de Santa Catarina. 1920-1950. Passo Fundo: PPGH-UPF, 2003. p.12. [Dissertação de Mestrado]

¹⁰⁶ AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1995; VALENTINI, Delmir. *Da cidade santa a corte celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado*. 2 ed. Caçador: Unc, 2000; MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das*

Entre 1912 e 1916, numa área disputada pelos estados de Santa Catarina e do Paraná, posteriormente denominada como Contestado, uma luta pelo domínio da terra levou às armas caboclos sertanejos, militares, capangas de coronéis, etc. Os caboclos sertanejos revoltados enfrentaram as forças militares dos dois Estados e cerca da metade do efetivo do exército da República Velha, que fora deslocado para ser empregado na repressão. Os governos estaduais promoveram a concentração da terra em benefício dos grandes fazendeiros. O governo federal concedeu uma extensa área, já habitada, à empresa estadunidense responsável pela construção do trecho da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG).¹⁰⁷

O acordo feito pelo governo brasileiro, com a multinacional *Brazil Railway Company*, que adquiriu o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, estabelecia a construção da EFSPRG, em troca das terras, numa extensão de quinze quilômetros de cada lado dos trilhos. O acordo concedia o direito à empresa para retirar e exportar a madeira, que era a principal riqueza da região, e vender as terras a colonos interessados em povoar a área. A mesma empresa encarregou-se de construir uma companhia subsidiária, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que viria a estabelecer na região o maior complexo madeireiro e colonizador da América Latina. Como consequência disso, a população cabocla, que habitava o território, foi ignorada, marginalizada e escorraçada pelas novas forças políticas e econômicas em ação na região.¹⁰⁸

As empresas faziam parte do sindicato de Percival Farquhar. Entre 1905 e 1918, Farquhar tornou-se o maior investidor privado do Brasil. Sua historiografia é repleta de contradições. Ele criou e dirigiu inúmeros negócios na América Latina. Conforme escreve Adelar Heinsfeld, para vir ao Brasil, esse grupo foi incentivado pelo então “Ministro da Viação e Obras Públicas, o catarinense Lauro Severiano Muller”, político influente que governou, por três vezes, o Estado catarinense no início do século 20.¹⁰⁹

Em *A República Velha*, o historiador Edgard Carone diz que as empresas de Farquhar viviam de favores governamentais. Por onde passaram deixaram rastro de nativos mortos, destruições ecológicas, estradas de ferro abandonadas, etc. Como consequência disso, a

chefias caboclas (1912-1916). Campinas SP: Editora da Unicamp, 2004; VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: A guerra sertaneja do Contestado 1912-1916*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1981.

¹⁰⁷ COMASSETTO, Leandro Ramires. AMADOR, Milton C. P. Guerra do Contestado: memória reconstruída em museu virtual. Anais eletrônicos do XI Encontro Estadual de História. Florianópolis: UFSC, 2006.

¹⁰⁸ VALENTINI, Delmir. *Da cidade santa a corte celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado*. 2 ed. Caçador: Unc, 2000. pp 43-9.

¹⁰⁹ HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da Colonização alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe-SC*. Joaçaba: UNOESC, 1996. p. 105.

população cabocla, que habitava o território, foi ignorada, marginalizada e escoraçada pelas forças políticas e econômicas em ação na região.¹¹⁰

Forças sobrenaturais

Além da agressão devido à apropriação das terras e a conseqüente expulsão do caboclo, não raro com a força física, evidenciou-se também uma imposição de valores alheios ao modo de vida da população autóctone, de acordo com a nova lógica do desenvolvimento mercantil. Marli Auras assinala que sobretudo a transformação da terra em bem de produção “acarretou a institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse” cabocla, como ocorria desde há muito tempo e até a chegada da economia mercantil.¹¹¹

A lógica de apropriação não só causava estranhamento, mas soava também como ofensiva ao caboclo, que revoltava-se principalmente ao ver as terras que habitava serem vendidas pelas companhias colonizadoras a colonos. Além do fato do caboclo passar a ser tratado como intruso, ele foi estigmatizado pelo colonizador, e seus hábitos e tradições desrespeitados.¹¹²

A expulsão da população cabocla contou com a participação da política coronelista que imperava na região. Os fazendeiros enxergavam o caboclo como mero eventual serviçal nas tarefas das fazendas e como empecilho à expansão de suas propriedades. Aliados às tropas oficiais, os fazendeiros e seus jagunços desempenharam papel central na repressão e dizimação da população revoltosa.

A inferioridade bélica diante de um exército treinado e bem equipado, patrocinado, primeiro, pelos governos do Paraná e Santa Catarina e, depois, pelo poder nacional, levou os caboclos a recorrerem a forças sobrenaturais, buscando amparo na crença e em figuras religiosas que há muito peregrinavam pela região. Depois de expulso da região de Curitiba e aliado de suas terras, um grupo de peregrinos ocupou os campos do Irani para, a seguir, defrontar-se com forças militares paranaenses que entenderam a ocupação como uma invasão, de catarinenses, a um território cujos limites estavam em litígio.

As classes dominantes do Paraná entendiam como propriedade do estado todo o território ao sul antes pertencente a São Paulo, compreensão com a qual as *elites* de Santa

¹¹⁰ CARONE, Edgard. *A República Velha*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

¹¹¹ AURAS Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1995. p. 41.

¹¹² VICENZI, Renilda *Terra Nova, vida nova: a colonizadora Bertaso e a ocupação colonial do oeste de Santa Catarina. 1920-1950*. Passo Fundo: PPGH-UPF, 2003. p.18. [Dissertação de Mestrado]

Catarina não concordava. A questão que dá o nome ao Contestado só foi solucionada através de um acordo de limites em 1916, ano em que também findou a guerra. Durante esse período, os interesses das classes proprietárias de Santa Catarina e Paraná também se somaram às causas do conflito.

O primeiro combate

Oficialmente, na madrugada 22 outubro de 1912, aconteceu a primeira batalha da Guerra no Contestado, na qual teriam morrido mais militares do que caboclos sertanejos. Nessa batalha do Irani, dois fatos influenciaram fortemente a continuação do conflito: as mortes do coronel João Gualberto, comandante do regimento paranaense, e do monge José Maria, já que o messianismo entre os caboclos insurgidos teria se fortalecido após a morte desse líder religioso.¹¹³

A morte do coronel João Gualberto afogueou as forças militares contra a população revoltosa. A do monge, fortaleceu o sentido místico, através da elevação, do monge, à condição de messias. Durante os anos de conflito, líderes religiosos, tanto homens como mulheres, revezaram-se para substituir o monge morto. Entre essas pessoas encontrava-se Francisca Roberta, profunda conhecedora de chá de ervas, curandeira, excelente guerreira e adestrada na montaria de cavalos, mais conhecida como Chica Pelega. Para diversos autores Chica Pelega faz parte do imaginário popular, nunca existiu e passou a ser reconhecida como uma figura folclórica.¹¹⁴

O messianismo presente no Contestado é facilmente explicável quando se considera a situação dos excluídos. Por um lado, a dificuldade de ascender a um nível de consciência que ensejasse unificação política das lutas, ensejava unificação em torno de princípios religiosos. Por outro, sem condições militares, materiais e culturais para vencer os inimigos, os caboclos recorriam ao sobrenatural, ao poder de uma força divina que, no mínimo, os colocasse em condições de igualdade em uma Guerra que se configurava como inevitável.¹¹⁵

Após o primeiro e violento conflito armado entre a tropa do governo paranaense e os caboclos sertanejos, sucederam-se quatro anos de tensão e combate na região, sobretudo sobre a forma de guerra de guerrilhas. Os caboclos sertanejos fugiram e as forças oficiais

¹¹³ MACHADO, Paulo P. *As lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: UNICAMP, 2004. pp. 185-8.

¹¹⁴ VASCONCELLOS, A. Sanford de. *Chica Pelega: a aventureira de Taquaruçu*. Florianópolis: Insular, 2000. pp. 92-165.

¹¹⁵ AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1995. p.17.

embrenhavam-se nos sertões, perseguindo e matando os revoltosos. O território ocupado compreendeu 28 mil quilômetros quadrados.

Mapa 4: Região da Guerra no território Contestado.



Fonte: Revista Super Interessante edição 152, maio 2000, p. 47.

Os redutos e seus líderes

Os caboclos sertanejos organizavam-se em redutos, construídos em clareiras e em locais de difícil acesso, formando vilas com ranchos dispostos em forma irregular. No início, esses redutos eram habitados por poucos. Porém, muito logo, podiam contar com trezentas pessoas, reunindo famílias inteiras, que traziam seus parques bens – cavalos, galinhas, porcos, vacas, etc. Alguns redutos como o de Santa Maria, da ‘Cidade Santa’, nos seus inícios, 1915, teriam chegado a atingir cinco mil habitantes.¹¹⁶

Os ocupantes dos redutos habitavam pequenos ranchos. As paredes eram geralmente, construídas com lascas de tronco de pinheiro ou de xaxim. O telhado era feito com tabuinha

¹¹⁶ VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado 1912-1916*. São Paulo: Ática, 1981. pp. 63-72.

lascada, capim ou palha de palmeira e, em alguns casos, com couro, capim *papuã* ou uma esteira de taquara. O assoalho era de chão batido. As residências possuíam duas peças, o quarto e a cozinha. Nessa última encontrava-se o fogo de chão utilizado como fogão. Os caboclos sertanejos sentavam normalmente em banquinho de madeira ou permaneciam apoiados em seus calcanhares, por longo tempo, de cócoras.

A mobilidade e a grande quantidade dos redutos dificultam seu mapeamento e localização. O primeiro reduto criado após o combate de Irani foi o de Taquaruçu. Eusébio Ferreira do Santos era um criador de porcos e gado, que esteve com o monge José Maria, cultivando profunda devoção e crença na sua ressurreição. Sua neta, Teodora, que teve a primeira visão, teria dito que o monge ordenava a mudança para Taquaruçu, que resultou na primeira *cidade santa*, no segundo semestre de 1913. Centenas de pessoas mudaram-se para o local. Posteriormente, Manoel, filho de Eusébio, e, mais tarde seu neto Joaquim, tiveram visões e conversas com o monge.

A partir do segundo reduto, Taquaruçu, no interior do município de Fraiburgo, os caboclos sertanejos marginalizadas, devotos de José Maria, passaram a representar sua rebeldia com um corte de cabelo ‘rente’ e autodenominaram-se ‘pelados’, enquanto as forças repressoras e defensoras da ordem capitalista, dirigidas por militares, soldados da República e, outros habitantes favoráveis ao governo, foram designados ‘peludos’.¹¹⁷

O acampamento preocupava as autoridades governamentais. O primeiro ataque a Taquaruçu ocorreu em 28 de dezembro de 1913. Os soldados do exército, apoiados por civis locais e vaqueanos, foram derrotados com relativa facilidade. Dias depois da vitória, Joaquim, após *conversar* com José Maria, aconselhou a mudança do reduto para Caraguatá. O novo reduto localizava-se em Perdizes Grandes, em terras contestadas, sob a posse de Manoel Alves de Assunção Rocha. Poucos ficaram em Taquaruçu que, em 8 de fevereiro de 1914, foi arrasado por uma nova investida militar.¹¹⁸

Mudança para Caraguatá

O reduto de Caraguatá foi construído antes da destruição de Taquaruçu. Nele manifestou-se outra liderança feminina do movimento, Maria Rosa, filha do lavrador Elias de Souza, ela *ouvia* José Maria. Neste reduto, destacou-se Elias de Moraes, um juiz de paz, que se tornou comandante do povoado e Venuto Bahiano, um marinheiro da Esquadra de Guerra,

¹¹⁷ AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1995. pp. 46-86.

¹¹⁸ VALENTINI, Delmir J. *Da cidade santa a corte celeste: memória de sertanejos e a guerra do contestado*. 2 ed. Caçador: Unc, 2000. pp. 103-08.

desertor durante a Revolta da Armada [1893-94] num porto em Santa Catarina. Elias de Moraes nomeou Venuto Bahiano como “comandante de briga”.

Em 9 de março de 1914, um mês após ataque ao reduto de Taquaruçu, os militares marcharam para Caraguatá. Sob o comando geral de Maria Rosa, os sertanejos empregaram toda sua habilidade de lutadores do mato. A nova vitória sertaneja aumentou o entusiasmo popular. Os cadáveres insepultos dos soldados provocaram uma epidemia de tifo, fato que apressou a mudança para outro local de concentração.¹¹⁹

Durante o ano de 1914, diversos líderes e redutos surgiram. Nem todos os novos povoados tinham ligação com um reduto-mor. No reduto-mor de Bom Sossego, capitão Matos Costa, oficial do exército, visitou a líder Maria Rosa. Disfarçado de vendedor ambulante e com a cabeça raspada, escapou com vida de tal aventura.

Em *Lideranças do Contestado*, de 2004, Paulo Pinheiro Machado escreveu que o capitão Matos Costa, depois da visita ao reduto, teria declarado ser a revolta do contestado “apenas uma insurreição de sertanejos espoliados de suas terras, de seus direitos, [...] a questão se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça”. Por ter recebido a visita indesejada por muitos líderes sertanejos, Maria Rosa, após *perder o aço* e, conseqüentemente, o prestígio, foi deslocada para uma posição secundária dentro das lideranças dos futuros redutos.¹²⁰

Vida e morte de Adeodato

Depois de Bom Sucesso, surgiram outros redutos como Caçador, São Miguel, São Pedro, Santa Maria, este último para os sertanejos “chão sagrado”. Com novos redutos surgiram novos líderes. Após a morte de Francisco Alonso, em Rio das Antas, em novembro de 1914, Adeodato Manoel Ramos assumiu o comando das forças de resistência sertaneja. No reduto de São Miguel, Adeodato dividia o comando com Elias de Moraes.

Adeodato Manoel Ramos, caboclo, homem de cor, tropeiro e domador de cavalos, transformou-se em comandante geral dos caboclos sertanejos. Entrou no movimento a partir de 1914, no reduto de Bom Sossego. Permaneceu mais de treze meses na liderança, ordenou e cometeu diversas atrocidades e resolveu muitas questões com o rigor. No seu comando, houve falta de alimentos e intensa discussão sobre manter-se na luta ou render-se. Com o fim do conflito, ele fugiu, foi capturado, julgado, condenado e preso em Florianópolis. No presídio,

¹¹⁹ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: [...] (1912-1916)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 222.

¹²⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. 2004. ob. cit. p. 249.

foi morto, com dois tiros, pelo diretor. Salvo engano, a biografia desse último líder sertanejo e sua atuação no conflito merece um estudo mais rigoroso.¹²¹

Apesar da resistência e das muitas batalhas ao longo dos quatro anos de conflito, a população sertaneja foi, em parte, dizimada pelas forças repressivas. Os números são contraditórios, mas estima-se que perto de dez mil pessoas tenham morrido na Guerra. Um número bastante expressivo, sobretudo para uma época em que a quantidade da população na região era estimada em cinquenta mil habitantes. Na década de 1900-10, a população de Santa Catarina girava em torno de meio milhão de habitantes.¹²²

Em 1912-16, nos anos da Guerra no Contestado a colonização no sudoeste de Santa Catarina diminuiu bastante. Os constantes combates e invasões das estações de trem alarmavam muitos dos futuros ocupadores do território, que desistiam da compra e retornavam para o Rio Grande do Sul.

Muitos prisioneiros de guerra sobreviventes continuaram habitando a região do conflito. O governo federal não determinou recursos para alimentar os caboclos por muito tempo, e segundo as autoridades, eles não eram indivíduos *recomendáveis* para povoar as colônias oficiais. Os caboclos remanescentes tornaram-se ocupadores de terrenos devolutos e migraram para a região do Alto Uruguai.¹²³

O Alto Uruguai catarinense

O Estado de Santa Catarina atualmente está organizado em vinte umas associações de municípios com 293 unidades administrativas. Entre elas, apresentamos a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), com dezesseis municípios e área superior a 332.6 milhões de hectares. Nos seus limites, encontrava-se fauna de grande quantidade e valor, na qual se destacavam pequenos animais, como a anta, a capivara, o graxaim, a lebre, o tamanduá, o tateto, o tatu, e diversas espécies de aves.

A rica e diversificada cobertura vegetal da região foi percebida pelos colonos-camponeses e negociantes como fonte de riqueza, com suas *canelas*, *cedros*, *imbuías*, *perobas*, *pinheiros*, entre várias outras espécies igualmente valorizadas, geralmente

¹²¹ AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1995. p. 142-51; VALENTINI, Delmir. ob. cit. p.175; MACHADO, Paulo P. 2004. ob.cit. p.293 et seq.

¹²² AURAS, Marli. ob. cit. p. 44.

¹²³ MACHADO, Paulo Pinheiro. ob. cit. p. 324.

exploradas pelas próprias empresas particulares de colonização ou madeireiras. Muitas dessas espécies tinham e têm valores medicinais, especialmente nas áreas próximas aos rios.¹²⁴

O sistema hidrográfico da região é marcado pelos rios Uruguai e Irany e por grande quantidade de riachos, de difícil navegação, devido aos seus leitos pouco profundos e os canais estreitos e acidentados - Ariranha; Engano; Jacutinga; Queimados; Rancho Grande; Suruvi, entre outros. A exceção é o rio Uruguai, que não tem direito a leito, pois tem calha cavada no basalto por sucessões de corredeiras.

Os rios Canoas e Pelotas, formadores do rio Uruguai, nascem a mais de 1.200 metros de altitude, nos reversos da serra Geral catarinense. O rio Canoas nasce ao norte, no centro de Santa Catarina, e o rio Pelotas, mais ao sul. Quando eles chegam em Celso Ramos, onde se juntam, formam o rio Uruguai, que desce rápido, formando corredeiras, grotas, cascatas, cachoeiras e peraus. Muitos trechos do rio Uruguai não são navegáveis, exceto quando as enchentes encobrem os saltos. Chove muito em todo o Alto Uruguai. A média anual da precipitação varia de 1250 a 2000 mm.¹²⁵

Mapa 5: Mapa atual da região da AMAUC



Fonte: www.amauc.org.br acessado em 20 de julho de 2006, às 16h20.

¹²⁴ WOLOSZYN, Noeli. Os Trabalhadores do Rio: Balsas e balseiros do Alto Uruguai. 1930-1960. Passo Fundo: PPGH-UPF, 2006. 214 pp. [Dissertação de mestrado]

¹²⁵ ITÁ - *Memória de uma Usina* - Consórcio Itá Tractebel Energia S.A. Produzido entre agosto e outubro de 2000. Florianópolis: Expressão Sul, 2004. pp. 23 – 58; <http://www.cefetsc.edu.br> acessado em 14/01/2008 às 14h30.

Grupos nativos

Pelo processo de radiocarbono, pesquisas arqueológicas realizadas quando do Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai – Barragem Itá – dataram, a ocupação humana do vale do rio Uruguai a 8.640 a.C. até 1.735 antes da nossa era.¹²⁶

Comunidades nômades de caçadores-coletores, especializadas na exploração de florestas, vivendo da caça, da coleta e da pesca, adaptadas intimamente ao meio local, de língua proto-jê, povoaram esparsamente parte dos atuais territórios da Argentina, Uruguai e Paraguai e a região dos três estados do sul do Brasil. Mais tarde, essas comunidades foram subdivididas em *caingangues e choclengues*. A história da aculturação, da destruição e da exterminação dessas comunidades apenas começa a ser escrita.¹²⁷

Atualmente, a região do oeste catarinense tem seus limites identificados, ao norte, pelo Estado do Paraná, ao sul, pelo Rio Grande do Sul, a oeste, pela Argentina (Província de *Misiones*) e, ao leste, pela região do Planalto de Santa Catarina. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denomina essa unidade espacial de mesorregião Oeste catarinense, composta pelas microrregiões Colonial e Oeste catarinense. Há estudos recentes que apresentam a região como exemplo de um bem sucedido sistema de integração, entre agricultura familiar e a grande agroindústria. Outros a analisam como uma região onde grande parte da população ligada à agricultura familiar conhece crescente exclusão social e econômica.¹²⁸

Ao estudarmos um período histórico afastado, necessitamos analisar regiões não delimitadas pelas fronteiras atuais. Os temas devem ser escritos e discutidos no contexto dos parâmetros da época. Sobre os limites da Colônia Rio Uruguay, nosso objeto de estudo, em 14 de setembro de 2007, o senhor Álvaro Pille, juiz aposentado, concedeu-nos entrevista no hotel Alvorada, em Concórdia. Ele apresentou os limites naturais do que foi a Colônia Rio Uruguay, baseados em leitos de água. A divisão recua ao período imperial, dessa entrevista extraímos o seguinte trecho: “[...] por conta da história, a filha da baronesa de Goiás, extraconjugal com dom Pedro I, a baronesa de Limeira, quando havia contratado casamento, ela recebeu como dote”, “a área de terras que é a margem direita do rio do Peixe, a Leste. Ao

¹²⁶GOULART, Marilandi (coord). *Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai – Barragem Itá – Introdução*. Itajaí, UNIVALI, 1997. V. I. p. 02.

¹²⁷ARROYO, Leonardo. *A carta de PÊRO VAZ DE CAMINHA: Ensaio de informação a procura de constantes válidas de Método*. [São Paulo] Melhoramentos [Rio de Janeiro] INL, 1971. p. 45; COMASSETTO, Carlos F. *et. al.* História de Concórdia [...] emancipação. In: ZOTTI, Solange. *História faz história: [...] (Org)*. Universidade do Contestado-UnC. HISED, 2006. pp.151-3.

¹²⁸MIOR, Luiz C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Argos, 2005. p. 78; MARCHESAN, Jairo. *A questão ambiental na produção agrícola: um estudo sócio-histórico-cultural no município de Concórdia SC*. Ijuí: Unijuí, 2003. p.183.

acordo entre um funcionário da companhia colonizadora *Brazil Development and Colonization Company*, o agrimensor Victor Kurudz, o caudilho José Fabrício das Neves, e o caboclo Eusébio, do qual não se sabe o nome completo.¹³⁰

Victor Kurudz nasceu em 08 de fevereiro de 1897, na província de Paloma Helena, na Áustria. Em 1912, na Europa era possível prever uma guerra mundial, no mesmo ano, seus pais, agricultores, vieram para o Brasil. Victor Kurudz veio mais tarde e começou a trabalhar em Curitiba como auxiliar de um engenheiro. Em 1920, a convite de diretores da Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, transferiu seu domicílio para o vale do Rio do Peixe, na região do atual município de Caçador.

O caboclo Eusébio teria se oposto ao serviço de demarcação dos lotes, iniciado pela empresa colonizadora, representada por Victor Kurudz. No desenvolvimento da demarcação dos lotes ocupados por caboclos, para selar o acordo a que teria chegado, conjuntamente com Fabrício das Neves e Eusébio, Victor Kurudz teria sugerido o nome de Concórdia. Em entrevista ao professor Antônio Geraldo Zanetti, Victor Kurudz declarou, “concordamos, ele disse: concordamos e daí surgiu o nome Concórdia, é uma pronuncia da palavra concordar”.¹³¹

Até o momento, segundo parece, não temos conhecimento de nenhum documento que comprove o tal *acordo* ou entendimento. Temos somente registrada a palavra de Victor Kurudz, com mais de noventa anos, em entrevista confusa, realizada em 06 de julho de 1990. No atual nível de conhecimento, essa tradição exige estudo mais aprofundado, ao qual voltaremos oportunamente, ao abordarmos o processo de construção da identidade municipal.

Em 11 de agosto de 1927, a vila Queimados foi elevada a distrito. Em 1928, no Distrito existia uma carpintaria, um cartório, uma ferraria, um hospital, um hotel, uma padaria, uma selaria e uma casa de comércio de secos e molhados. As construções eram em geral em madeira.¹³²

¹³⁰ MARTINS, Celso. *O mato é do tigre e o campo é do gato: José Fabrício das Neves e o Combate de Irani*. Florianópolis: Insular, 2007. pp. 83-8; FERREIRA. Antenor G. Z. *Concórdia: O rastro de sua história*. Concórdia: FMC, 1992. p. 66.

¹³¹ Entrevista realizada em 06 de julho de 1990, em Curitiba, depositada no Museu Histórico Municipal Hermano Zanoni em Concórdia S.C.

¹³² Jornal demonstrativo do 47º aniversário do município de Concórdia – 1981. p. 2.

CAPÍTULO 3

CHEGAM ÀS FORÇAS ECONÔMICAS, PODEROSAS E INFLUENTES

A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG)

Através do Decreto nº 10.432, de 9 de novembro de 1889, o governo imperial concedeu à companhia organizada pelo engenheiro João Teixeira Soares privilégio para a construção, uso e gozo de estrada de ferro entre os municípios de Itararé, em São Paulo, e a estação de Boca do Monte, no atual município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, denominada Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG). Em 1894, a licença obtida passou à Sociedade Anonyma Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, que se tornou a concessionária titular para a construção da rede ferroviária.¹³³

Após a Questão de Palmas, a estratégia do governo federal era a demarcação e ocupação das terras no Oeste e Meio-Oeste catarinense. Embora existissem na região grupos nativos, sobretudo, *coroados-caingangues* e *botocudos-choclengues*, foi apenas no início dos noventa com a construção da EFSPRG e sucessiva demarcação de terras por companhias particulares de colonização, que o Alto Uruguai catarinense passou efetivamente a ser ocupado de forma mercantil-capitalista. A frente considerada por historiadores como *pioneira*, ou seja, a frente de colonização alemã e italiana, proveniente do Rio Grande do Sul; o extrativismo vegetal da madeira e, sobretudo, da erva mate; a construção da ferrovia, etc. ensejaram a introdução e dominância de relações capitalista de produção no espaço geográfico do Alto Uruguai de Santa Catarina.¹³⁴

¹³³ Seção de coleções especiais, www2.camara.gov.br/Internet/legislação/legin.html. Acessado em 05 de fevereiro de 2007, às 13h30.

¹³⁴ HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe-SC*. Joaçaba: UNOESC, 1996. p. 148; GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. 2 ed. ver. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. pp. 76-7.

No plano inicial, a estrada de ferro São Paulo- Rio Grande do Sul teria 1.403 km de extensão. Como pagamento à referida companhia concessionária, o governo brasileiro propôs juros anuais garantidos de seis por cento, durante trinta anos, para o capital investido na construção da linha principal, até o máximo de trinta e sete mil contos de réis, além de cessão gratuita de terras devolutas em trinta quilômetros para cada lado do eixo da linha da estrada.¹³⁵

Posteriormente, através do Decreto nº 305, de 7 de abril de 1890, o governo federal republicano renovou a concessão. Pelo novo documento, o capital necessário ao estabelecimento, quer da linha principal, quer dos ramais indicados, em nenhum caso poderia exceder o máximo de trinta contos de réis por quilômetro de linha. O novo decreto reduziu igualmente a cessão gratuita de terrenos para quinze quilômetros para cada lado do eixo da estrada.¹³⁶

Polêmico e visionário

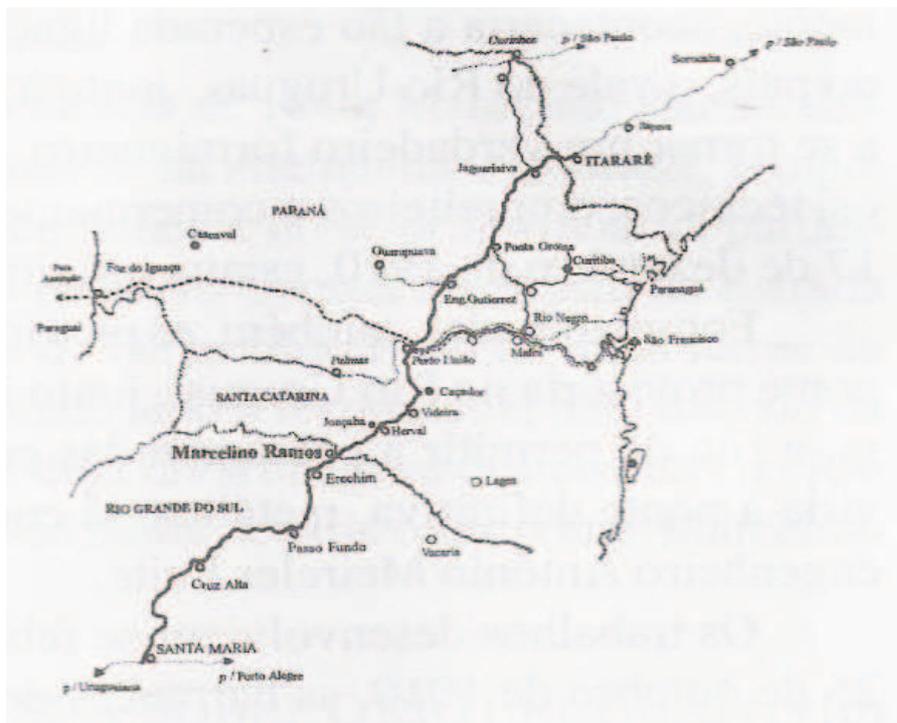
O engenheiro mineiro João Teixeira Soares, homem de múltiplos negócios, transferiu inicialmente parte dos direitos de concessão de construção da ferrovia à *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*, de capital internacional misto, ingleses e franceses. O trecho entre Itararé e Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, foi transferido à Companhia União Industrial dos Estados do Brazil e, posteriormente, à Companhia EFSPRG. A *Compagnie Auxiliare de Chemins de Fer du Brazil*, de capital belga, arrendou o trecho Santa Maria – Cruz Alta. A Companhia EFSPRG teve assim reduzida sua concessão para apenas o trecho Itararé-Rio Uruguai, com extensão de 941 km.¹³⁷

¹³⁵ RÜBENICH, Wilmar Wilfrid. *Marcelino Ramos: a guerra e o pós-guerra do Contestado*. Erechim: São Cristóvão, 2002. p. 75.

¹³⁶ Seção de coleções especiais, www2.camara.gov.br/Internet/legislação/legin.html. Acessado em 06 de fevereiro de 2007, às 15h00.

¹³⁷ THOMÉ, Nilson. *Trem de ferro: história da ferrovia do Contestado*. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983. pp. 51-4.

Mapa 7: Percurso principal da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRG)



Fonte: THOMÉ, Nilson. *Trem de ferro: história da ferrovia do Contestado*. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli. p. 53.

Em 1904, o então ministro de Viação e Obras Públicas, o catarinense Lauro Muller, o governo republicano na busca por investimentos internacionais, trouxe para o Brasil, Percival Farquhar, polêmico e visionário investidor no setor de transporte (bondes e ferrovias), natural da Pensylvania (EUA). Por si só, os capitais, de Farquhar investidos na América Central e no Brasil, merecem estudo à parte. No que se refere às ferrovias no sul do Brasil, o sindicato Farquhar, como ficou conhecido o conjunto de empreendimentos liderados pelo empresário estadunidense – aprofundou sua atuação a partir de 1906.

Em 9 de novembro de 1906, foi constituída em Portland, no estado de Oregon, Estados Unidos da América, a empresa “Brazil Railway Company”. Com capitais estadunidenses, a empresa representou no Brasil os interesses do sindicato Farquhar. Em 1908, a “Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande” integrou-se à *holding* “Brazil Railway Company”. Em 1913, a mesma *holding*, no local conhecido por Três Barras, em Santa Catarina, criou a “Southern Brazil Lumber and Colonization Company”, para a exploração de madeira da floresta de araucária na região.¹³⁸

A história de Farquhar é repleta de contradições. Ele investiu e criou na América Latina inúmeros negócios, entre eles, engenhos de açúcar, hotéis luxuosos, armazéns

¹³⁸ WOLFF, Gladis. *Trilhos de ferro, trilhas de barro: a ferrovia do norte do Rio Grande do Sul - Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 110.

portuários refrigerados, extração de minério de ferro, etc. Para o extrativismo florestal, utilizou a *Lumber*. A indústria madeireira ocupava uma área de sessenta hectares. Visionário na atividade de transportes pretendia interligar toda a América através de ferrovia. Como escreveu o jornalista Fernando Morais, em *Chatô – rei do Brasil*, o empreendedor estadunidense deixou grande número de admiradores, entre eles Rui Barbosa e Assis Chateaubriand, e possuía grande facilidade para se indispor com governantes.¹³⁹

O local para a travessia

Em 3 de abril de 1909, o presidente Afonso Pena inaugurou o trecho Porto União – Taguaral. A linha, com curvas desnecessárias, foi alongada ao máximo, segundo parece, com o objetivo de atingir maior área nas margens da ferrovia, ou seja, mais madeira para explorar. Em 17 de dezembro de 1910, a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande foi solenemente inaugurada. Após concluída a ponte provisória, de madeira, sobre o rio Uruguai, a linha férrea interligou Rio do Peixe, em Santa Catarina, com a estação Alto Uruguai, no povoado Marcelino Ramos, no lado rio-grandense.¹⁴⁰

A conclusão da obra utilizou mais de oito mil trabalhadores, que, com rústicos meios tecnológicos disponíveis, ergueram a sinuosa linha. Enquanto houve trabalho na construção da ferrovia, essa massa de trabalhadores se manteve ocupada. Ao término, a *Brazil Railway Company* não cumpriu seu compromisso de reconduzi-los às cidades de origem. Com esses desempregados, aumentou muito o número de moradores locais, rompendo-se o frágil equilíbrio social vigente, que já sofrera muito com a institucionalização da privatização da propriedade da terra. Sem ocupação, os trabalhadores tornaram-se posseiros e ergueram toscas moradias às margens do leito da ferrovia.¹⁴¹

Escudada no Decreto nº 305, de 07 de abril de 1890, referente aos terrenos localizados a quinze quilômetros do eixo da ferrovia, a *Brazil Railway Company* requereu o direito de propriedade das terras ocupadas pelos posseiros. Os moradores ao recusarem a deixar o local, foram expulsos de forma violenta e ensejaram a Guerra no território Contestado. Para os trabalhadores, agora posseiros, EFSPRG passou a ‘estrada feita somente para roubar pro governo’. Farquhar pretendeu transformar a região. Inicialmente, extraiu a madeira e,

¹³⁹ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. 13 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

¹⁴⁰ THOMÉ, Nilson. *Trem de ferro: história da [...] do Contestado*. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983. p. 147.

¹⁴¹ RÜBENICH, Wilmar Wilfrid. *Marcelino Ramos: a guerra e o pós-guerra do Contestado*. Erechim: São Cristóvão, 2002. pp. 55-7

posteriormente, a ocupou com colonos-camponeses produtores de alimentos que, seriam transportados pela sua ferrovia.¹⁴²

A finalização da rede ferroviária determinou a abertura para fins de colonização de uma extensão de seis milhões de acres de terras no Paraná e em Santa Catarina. No artigo “A colonização do Vale do Rio do Peixe-SC: uma medida estratégica” de 14 novembro de 2007, o historiador Adelar Heinsfeld, propõe que, “[...] esta foi uma estrada de ferro eminentemente estratégica”. “O melhor traçado seria o Caminho das Tropas (atual BR 116), a escolha foi por um traçado mais a Oeste, como ferrovia de defesa”.¹⁴³

Negócio com a terra

Paralelamente, após a construção da ferrovia, as terras do Alto Uruguai catarinense foram sendo demarcadas pelas companhias particulares de colonização. O primeiro projeto de colonização não foi elaborado por empresas do truste Farquhar. Em 1883, a Empresa Colonizadora Luce-Rosa e Cia Ltda, constituída em Porto Alegre, adquiriu terras da baronesa de Limeira. A empresa apostou na valorização delas com a construção da estrada de ferro. Em 1913, a Luce-Rosa iniciou a demarcação na Colônia do Uvá, nas margens do rio Uruguai. A partir de 1915, intensificou a comercialização de lotes, com escritório na estação Barro, hoje município de Gaurama - RS.¹⁴⁴

Ao se tornar mercadoria, a terra passou a ter valor de troca. Cada vez mais foi percebida como fonte de renda. As terras não são apenas meio de produção, mas produtos com valor de mercado. A colonização tomou aspecto de uma vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais de um território. É este o caráter que vem reforçar a exploração agrária no Alto Uruguai catarinense. O povoamento regional se caracterizou pelo escoamento de *excessos demográficos* provenientes das colônias sul-rio-grandenses. Houve a introdução de grupos familiares como participantes integrados na vida colonial, destinados unicamente à agricultura. O principal fator de atração utilizado pelas companhias colonizadoras foi o acesso à propriedade da terra.¹⁴⁵

¹⁴² AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1995; pp. 38-41.

¹⁴³ HEINSFELD, Adelar. A colonização do Vale do Rio do Peixe-SC: uma medida estratégica. Anais do II Seminário de História Regional: imigração, colonização e movimentos sociais. Universidade de Passo Fundo-UPF. Divulgação eletrônica. Passo Fundo, 2007.

¹⁴⁴ GERASUL, CSN, Itambé. Itá: memória de uma usina. Itá: Takano. 2000. p. 44.

¹⁴⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 1195. (Intérpretes do Brasil – Volume três).

O objetivo das companhias particulares de colonização capitalista não poderia ser outro senão o lucro. No Alto Uruguai catarinense, a organização de núcleos colônias deixou de ter uma preocupação estratégica nacional e adquiriu caráter de valorização da terra, por meio do povoamento de regiões incultas ou despovoadas pelo elemento *branco*. A colônia é uma área destinada ao povoamento e à fixação de famílias de colonos-camponeses. Nela estabeleceu-se *um* modo de produção, onde o trabalho escravizado foi proibido, os proprietários se tornaram pequenos produtores agrícolas.¹⁴⁶

Quando a colônia era grande, o governo do Estado de Santa Catarina permitiu que fosse explorada por uma só empresa colonizadora. O agente responsável pela exploração costumava subdividi-la em várias colônias, fazendas e ou propriedades, segundo o melhor tamanho para a operação. Foi o que fez a “Brazil Development and Colonization Company”, controlada pela “Brazil Railway Company”, com a extensão territorial denominada como colônia Rio Uruguay. O tamanho do lote vendido aos colonos que adquiriram terra, no sul do Brasil, conhecido como uma colônia de terra, equivalia a 24,2 hectares.

As empresas exploradoras do comércio de terras foram fixando-se no Alto Uruguai catarinense. Procedentes do Rio Grande do Sul, as empresas encaminharam milhares de famílias, sobretudo de teuto e ítalo-brasileiros de primeira e segunda geração. Entre as cidades rio-grandenses que sediavam aquelas empresas particulares de colonização encontram-se: Carazinho, Caxias, Marcelino Ramos, Passo Fundo e Porto Alegre. A colonização da região deu-se, sobretudo, apoiada na pequena propriedade colonial-camponesa, que permitiu aglomerado populacional mais denso.¹⁴⁷

O comércio particular da terra efetivou-se com a participação e conveniência de indivíduos ligados ao poder público estadual, o que ensejou contratos altamente vantajosos aos sócios das empresas colonizadoras. Em *A colonização do Oeste Catarinense*, de 2002, Alceu Werlang destaca que a partir de 1917, no oeste catarinense, a especulação imobiliária com contratos inicialmente beneficiou “políticos ligados ao então governador Hercílio Luz; inclusive seu filho Abelardo Luz”. O domínio privado e especulativo ocorreu em detrimento dos habitantes históricos da região, os nativos e os caboclos.¹⁴⁸

¹⁴⁶ GIRON, Loraine Slomp. BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p. 53.

¹⁴⁷ CAVALCANTI, Leonardo. (Re) Pensando a construção da categoria “imigrante”. Reflexões a partir da presença brasileira na Espanha. *In Agora / Universidade de Santa Cruz do Sul*, Vol. 1, n.1 (mar 1995). p. 27.

¹⁴⁸ WERLANG, Alceu. *A colonização do Oeste Catarinense*. Chapecó: Argos, 2002. p. 9.

Tabela 4: Companhias colonizadoras que atuaram na Colônia Rio Uruguay entre 1920 e 1950.

Empresa Colonizadora	Local de atuação
Sociedade Anonyma Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande	Em toda a Colônia Rio Uruguay
Empreza Colonisadora Luce, Rosa & Cia. Ltda	Colônia do Uva (Itá), fazenda Sarandi, colônia Barra Grande, colônia Poço Rico
Empresa Moule	Não identificado
<i>Brazil Development and Colonization Company</i> , controlada pela <i>Brazil Railway Company</i>	Áreas próximas a EFSPRG
Ângelo de Carli & Cia	Colônia Irani e Fazenda Irani
Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle & Irmão	Fazenda Rancho Grande
Colonizadora Brum	Fazenda Suruvy e fazenda Rancho Grande
Empreza Colonisadora Rio Branco Ltda	Colônia Anita Garibaldi e Colônia Rio Branco (Seara)
Colonizadora Nardi, Rizzo, Simon & Cia	Colônia Rio Branco (Seara)
Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia	Propriedade do rio do Engano e fazenda Sertãozinho

Fonte: Propagandas das companhias, caderno especial *Projeto Concórdia* da Secretária Municipal de Educação - 1994, pp. 4-7. Entre outros documentos.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, em determinados momentos, nos valem da história oral. Nos depoimentos colhidos, percebemos que os representantes das companhias colonizadoras eram pessoas possuidoras de habilidades para tratar *bem* o colono comprador e, com suficiente *desenvoltura* para resolver problemas relacionados com questões familiares e com relação a *intrusos* e outros *problemas* nas colônias.

O trecho catarinense da EFSPRG passava pela margem esquerda do rio do Peixe. A partir de 1910, iniciou-se o tráfego regular de trens, abrindo-se essas terras à colonização e à exploração da madeira. As povoações da margem esquerda do rio do Peixe eram bem maiores do que as da margem direita. Em 1913, Queimados era maior vila no alto Uruguai catarinense, distante da linha férrea.

De uma forma geral, as companhias colonizadoras particulares eram formadas por grupo de sócios. Cada sócio tinha uma participação – cota – diferenciada na empresa. Muitos

A atuação das companhias colonizadoras na Colônia Rio Uruguay, sobretudo quanto à venda dos lotes rurais, constituiu parte de projeto de apropriação privada das terras públicas, com destaque, desde 1921, para o oeste catarinense. Com isso, a conquista, pelo patrimônio privado, se impôs em diversas situações pela atuação do capitalismo politicamente orientado, que buscou lucrar com a especulação imobiliária. Nesse processo, poder público e interesses privados atuaram bastante *próximos*.¹⁵⁰

Aqueles que pretendiam tornar-se proprietários de grandes extensão de terras, com objetivo de venda para colonos – apropriadores - empregaram diversas estratégias para envolver autoridades governamentais, entre elas, as reverências de forma exagerada e bajuladora aos mesmos. Em forma geral, como destaca Paulo Pinheiro Machado, as empresas particulares de colonização foram hábeis na *associação* com os administradores, para evitar problemas burocráticos legais e obter facilidades nos procedimentos administrativos: “A *Brazil Railway* e sua subsidiária *Lumber* desenvolveram um cuidadoso processo de cooptação das lideranças políticas para evitar embaraços legais e obter facilidades administrativas.”

Paulo Pinheiro Machado exemplifica a influência e ingerência privada no poder público estadual, quando escreve que o “vice-presidente do Paraná, Affonso Camargo, foi advogado da *Lumber* enquanto exercia este cargo público”. No mesmo sentido, acrescenta que “o coronel Henrique Rupp, superintendente de Campos Novos, foi inspetor de terras da *Brazil Railway* também na mesma época que exercia o mandato”. Em 1916, Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos, era o representante oficial dos interesses da *Lumber*.¹⁵¹

Como demarcar uma colônia

Para a demarcação de uma colônia e, respectivamente, dos lotes coloniais, era necessário tomar determinadas providências preliminares. Em geral, o primeiro passo era a abertura, com foice e facão, de um caminho provisório. Segundo o senhor Eugênio Pichler, atualmente com 73 anos, natural de Carazinho, no Rio Grande do Sul, colono-camponês aposentado, ex-medidor de terras, depois do primeiro caminho aberto, “começava numa parte muito no mato, começava o levantamento dos rios, das águas, certinho, medi certinho, né. Ía pelo *pique*, fazia a volta [...] nos vinte metro faz a volta”. Continua o depoente: “[...] com muito cuidado aquilo lá. Não tinha *pinguela*, não tinha nada. Era só sertão, só mato.” Sobre a alimentação dos medidores de terra, seu Eugênio esclarece que, “levava de casa e de vez em

¹⁵⁰ RADIN, José C. *Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão*. UFSC, 2006. p. 73. [Tese de doutoramento]

¹⁵¹ MACHADO, Paulo P. *Lideranças do Contestado. a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2004. pp.142-53.

quando tinha um viajante, que aparecia e trazia os alimentos”. Os próprios colonos-camponeses eram contratados pela companhia colonizadora para efetuar o levantamento preliminar das glebas de lotes, para identificar os cursos de água e a sua fonte.¹⁵²

Na caderneta de anotações, o agrimensor anotava e reforçava a importância dos rios e dos riachos e a possibilidade de suas explorações econômicas como, por exemplo, a instalação de moinhos. Em seu parecer, o agrimensor enfatizava ainda a variedade e a riqueza das matas, indicava igualmente a possibilidade de exploração econômica das mesmas. Com relação ao tempo necessário para demarcar o lote ou a quantidade linear de terreno medido, o senhor Eugênio Pichler declarou que, para realizar o levantamento da terra, “abri uma divisa, isso é tudo conforme. Abri uma divisa, naqueles anos, prá fazê 50 metros, prá balizá 50 metros, meus tios devia levá um dia”.

O senhor Eugênio Pichler assinalou que o motivo da demora estava relacionado à quantidade de obstáculos naturais, ao longo da picada e, que era preciso, para ultrapassá-los, “o meu tio, dizia, sobre cipó, espinhos, peraus e lajes”. O entrevistado apresentou o tempo de serviço executado por ele, recentemente, e comparou com aquele empregado pelo seu tio, no início das medições, na comunidade de linha Salgado. Próximo de onde estávamos, quando da entrevista, apontou na direção de uma roça de milho e declarou: “[...] aqui bem perto, já fais uns seis, sete anos atrás, em três, nos levemo, pra abri uma divisa, com o mato já pronto, nós levemo meio dia. Não deu prá trabalhá. Agora hoje, no mato, aqui, normal fais 600, 700 metros por dia”. A unidade das metragens sugeridas pelo senhor Eugênio Pichler é o metro linear.

Colonos-camponeses, como o senhor Eugênio Pichler, empregados na demarcação das terras, tornaram-se conhecidos como “agrimensores” ou “medidores”. De acordo com o depoente, eles “pernoitavam embaixo de uma lona, a semana toda. Vinham de sábado de tarde e na segunda de manhã iam prá lá de novo”. Segundo o entrevistado, em torno de 1943, ao redor do acampamento dos medidores, “de matrugada, rodava o tigre, roncava, o tigre”.

O tigre é um mamífero carnívoro encontrado na Sibéria e no sudeste asiático, de coloração amarelo-tostada com listas pretas sobre o corpo, de até três metros de comprimento. Definir as possíveis “jagatiricas” das matas catarinenses, de um máximo 85 centímetros, como “tigre”, demonstra a visão e exageração romântica das dificuldades, enfrentadas pelos colonos-camponeses, no início da re-ocupação territorial. Existiam certamente dificuldades e

¹⁵² Entrevista realizada em 27/10/2007 com Eugênio Pichler, no município de Ipumirim, na linha Salgado na sua residência.

obstáculos, entre eles, animais agressivos, afinal, próprios às matas sertanejas do Alto Uruguai catarinense.

A caderneta do agrimensor

Os principais instrumentos utilizados para os trabalhos de medição eram a bússola, a régua, as balizas, uma ou duas foices e um bem afiado facão. Os agrimensores abriam caminhos na mata e repartiam os terrenos em blocos coloniais. Cada bloco era subdividido em colônias. Nos limites de cada canto do terreno, colocava-se um *piquete* de madeira, que servia como marco, com o número do bloco e do terreno, assinalados em pelo menos duas faces. De formas diversificadas, os marcos eram feitos sobretudo de troncos roliços e de pequenos pedaços de madeira, cortados no mato. Eles eram marcados no momento da fixação na terra. De acordo com o senhor Eugênio Pichler, “os piquetes tinham uma das pontas *farcarejada*”, onde eram escritos os números que, como assinalado, identificavam o lote e o bloco a que pertencia. O agrimensor anotava o endereço do lote na caderneta.

Figura 2: Caderneta nº 2, IV/ℓ do agrimensor R. Klingens, página nº 1.

Estações	Pontos visados	Distâncias		Ângulos horizontais	Azimutas		Ângulos verticais	Alturas	Altitude
		Linha	Calculadas		Linha	Gerais			
1	2	100		120	100				
2	3	150		135	150				
3	4	200		150	200				
4	5	250		165	250				
5	6	300		180	300				
6	7	350		195	350				
7	8	400		210	400				
8	9	450		225	450				
9	10	500		240	500				
10	11	550		255	550				
11	12	600		270	600				
12	13	650		285	650				
13	14	700		300	700				
14	15	750		315	750				
15	16	800		330	800				
16	17	850		345	850				
17	18	900		360	900				
18	19	950		375	950				
19	20	1000		390	1000				
20	21	1050		405	1050				
21	22	1100		420	1100				
22	23	1150		435	1150				
23	24	1200		450	1200				
24	25	1250		465	1250				
25	26	1300		480	1300				
26	27	1350		495	1350				
27	28	1400		510	1400				
28	29	1450		525	1450				
29	30	1500		540	1500				
30	31	1550		555	1550				
31	32	1600		570	1600				
32	33	1650		585	1650				
33	34	1700		600	1700				
34	35	1750		615	1750				
35	36	1800		630	1800				
36	37	1850		645	1850				
37	38	1900		660	1900				
38	39	1950		675	1950				
39	40	2000		690	2000				
40	41	2050		705	2050				
41	42	2100		720	2100				
42	43	2150		735	2150				
43	44	2200		750	2200				
44	45	2250		765	2250				
45	46	2300		780	2300				
46	47	2350		795	2350				
47	48	2400		810	2400				
48	49	2450		825	2450				
49	50	2500		840	2500				
50	51	2550		855	2550				
51	52	2600		870	2600				
52	53	2650		885	2650				
53	54	2700		900	2700				
54	55	2750		915	2750				
55	56	2800		930	2800				
56	57	2850		945	2850				
57	58	2900		960	2900				
58	59	2950		975	2950				
59	60	3000		990	3000				
60	61	3050		1005	3050				
61	62	3100		1020	3100				
62	63	3150		1035	3150				
63	64	3200		1050	3200				
64	65	3250		1065	3250				
65	66	3300		1080	3300				
66	67	3350		1095	3350				
67	68	3400		1110	3400				
68	69	3450		1125	3450				
69	70	3500		1140	3500				
70	71	3550		1155	3550				
71	72	3600		1170	3600				
72	73	3650		1185	3650				
73	74	3700		1200	3700				
74	75	3750		1215	3750				
75	76	3800		1230	3800				
76	77	3850		1245	3850				
77	78	3900		1260	3900				
78	79	3950		1275	3950				
79	80	4000		1290	4000				
80	81	4050		1305	4050				
81	82	4100		1320	4100				
82	83	4150		1335	4150				
83	84	4200		1350	4200				
84	85	4250		1365	4250				
85	86	4300		1380	4300				
86	87	4350		1395	4350				
87	88	4400		1410	4400				
88	89	4450		1425	4450				
89	90	4500		1440	4500				
90	91	4550		1455	4550				
91	92	4600		1470	4600				
92	93	4650		1485	4650				
93	94	4700		1500	4700				
94	95	4750		1515	4750				
95	96	4800		1530	4800				
96	97	4850		1545	4850				
97	98	4900		1560	4900				
98	99	4950		1575	4950				
99	100	5000		1590	5000				

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font de Erechim.

Por sua vez as “colônias” eram demarcadas com *piquetes* de madeira, geralmente encontrados no mato. De forma irregular, esses *piquetes* possuíam a ponta preparada para a marcação. No canto superior direito, da página nº 1, da caderneta nº 2, IV/ *l*, conforme Figura 2, está escrito: “et estaca o. desta medição é representada por um marco de angico de 16 x 16 x 1.20, e acha-se fincado na Barra do Rio Uvá, margem direita. E. 17ª e da medição anterior na margem esquerda do rio Uvá”. Nessa caderneta assinada pelo agrimensor R. Klingens aparecem marcos de louro, marcos de cabriúva, marcos de araçá, ou seja, das árvores nativas cortadas e utilizadas para demarcar as glebas rurais.¹⁵³

Nas cadernetas com dimensões de 100 x 140 centímetros, de 37 e 49 páginas, com capa dura, preenchidas pelos agrimensores, há o registro de diversas informações. Uma delas, por exemplo é sobre a demarcação do curso do rio ‘Uruguay’, com suas curvas, peraus, corredeiras fraca, ligeira e feia, com o poço das capivaras, etc. Conforme avançava a demarcação, encontravam-se moradores como Procópio; José Xavier; Venâncio Domingo do Rosário, cultivador de uma “plantação de caña”; Olympio Simão, com três benfeitorias; Manoel carreteiro, com quatro benfeitorias, entre outros.

As anotações dos técnicos identificavam a localização exata de divisas naturais. Elas indicavam o ponto de partida com azimute, graus e ângulos, além de áreas sinalizadas com peraus, capoeiras, capoeirões. Em diversas páginas, sempre próxima à margem do rio Uruguai, um risco tracejado sinalizava o trajeto de uma “estrada de cargueiro”, além da “estrada para Porto do França” e a “estrada Antônio Machado para o Ariranha”. Tais informações comprovam a ocupação do território anterior à chegada do imigrante sul-riograndense.

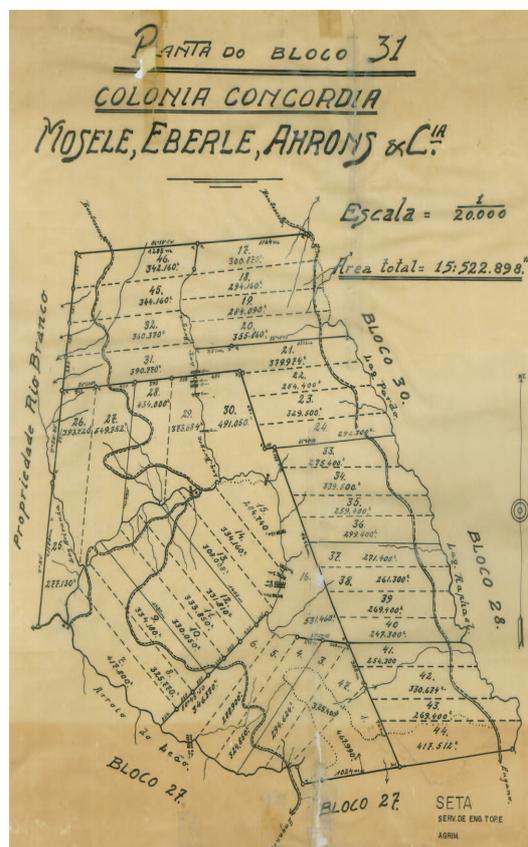
Basicamente, os lotes rurais tinham forma retangular. Quanto maior a distância entre os leitos de água, mais compridos e estreitos eram os lotes, a fim que todos tivessem acesso à água. A medição era sempre efetuada em grupos de quatro lotes rurais, demarcados à esquerda e à direita dos *travessões*, ou seja, a divisa seca entre dois leitos de água.

O bloco número 28 da Colônia Concórdia, por exemplo, foi registrado em Porto Alegre, em 27 dezembro de 1927, como propriedade da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. Em tal bloco, encontravam-se mais de 130 colônias. Aproximadamente, cada

¹⁵³ Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font de Erechim. Caixa com informações da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda. Consultada em 7 de dezembro de 2007.

lote rural tinha 33,5 hectares de área. O bloco 28 refere-se à localização atual da residência do senhor Eugênio Pichler.¹⁵⁴

Foto1: Eugênio Pichler com um facão e duas balisas. Planta Colônia Concórdia.



Fonte: foto de Carlos Fernando Comassetto. Acervo do autor.

De acordo com o depoimento de Eugênio Pichler, os “tios ganhavam para marcar os terrenos”. Ele não apresenta precisamente o valor recebido pelos *tios*, mas destaca que, “eles sempre tinham dinheiro, que eu me lembro, [...] a companhia pagava eles”, complementa o entrevistado.

O trabalhador escravizado, o camponês e o colono.

No Império Romano, nas vias escravistas dominantes, o trabalho era garantido pelo cativo, submetido a trabalhos forçados. Nas regiões romanas mais antigas, o camponês livre, praticando economia de subsistência, era o plebeu, muitas vezes um ex-legionário. O cativo

¹⁵⁴ Planta da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia – Colônia Concórdia. Consultada no cartório de registro de imóveis de Concórdia em 14 de setembro de 2006. Cópia em posse do autor.

comumente um prisioneiro de guerra, originário dos povos bárbaros, nos trabalhos mais duros trabalhava acorrentado.

Mais tarde, com a crise da produção escravista, o cativo e o camponês livre evoluíram à situação de colono, trabalhador dependente do grande proprietário. Ou seja, produtores autônomos, no que se referia às suas atividades na gleba, mas presos a ela. O colonato foi a forma embrionária da economia feudal. O colono não era escravo, segundo Karl Marx, na obra magna, *O Capital*, vol. II. O colono detinha os meios de produção, não sendo, por isso, nunca foi e nunca será, trabalhador escravizado, nem trabalhador assalariado.¹⁵⁵

A partir da Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, em meados do século 18, houve aumento substantivo da produção de mercadorias. A evolução do modo de produção da indústria capitalista e do seu sistema de comunicação – correios, ferrovias, jornais, etc. – apresentou às comunidades mais distantes as suas novas idéias, os seus produtos, colocando tendencialmente sob seu domínio econômico tanto a população urbana como a rural.

Para a economia marxista, mais-valia é, na produção capitalista, o valor da produção do trabalhador, apropriado pelo capitalista, descontado o que lhe é devolvido, sob a forma de salário. A mais-valia, toda ela, é sempre, substancialmente, a materialização do trabalho não pago pelo capitalista ao produtor. A mais-valia mede a exploração do assalariado e é o manancial do lucro do capitalista. A fonte básica da produção do valor não é a circulação do dinheiro ou da mercadoria, mas, sim, o trabalho humano, empregado na produção de bens.¹⁵⁶

Terra é mercadoria

Quando ocorre a acumulação, é porque o capitalista conseguiu vender a mercadoria produzida – realização – reconvertendo em *dinheiro* o capital empregado na produção. Investido no processo produtivo, o capital se decompõe em meios de produção – capital constante [meios e objetos de produção] e capital variável [força de trabalho]. A mercadoria produzida, nesse processo, deve circular, para ser vendida, ou seja, realizada, transformando seu valor em dinheiro e, eventualmente, em capital produtivo.¹⁵⁷

A acumulação de capital, ou seja, primitiva ou originária, inicialmente não capitalista, constitui momento fundamental da constituição de produção capitalista, através da qual o capitalista investe capital, não produzida na esfera de produção capitalista, para produzir a mais-valia, no processo de produção capitalista. À medida que os produtos da terra

¹⁵⁵ MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro Primeiro. V. II, 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

¹⁵⁶ KONDER, Leandro. Marx – vida e obra. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. pp. 137-149.

¹⁵⁷ MARX, Karl. *O capital*. [...]1975. p. 657-73. ob. cit.

transformaram-se em mercadoria, a própria terra se converteu em mercadoria, com valor de mercado, já que condição imprescindível à produção.

Na opinião de Alcides Goularti Filho, terra “é um recurso que incorpora valor e se valoriza, portanto é fonte de acumulação capitalista”. A respeito da valorização do capital, utilizando a terra como fonte de acumulação, o mesmo autor propõe que “o objetivo não era apenas demarcar terras, mas acumular capital por meio da venda da terra”. Ressalta-se que o preço da terra não nasce, propriamente, do seu valor, pois, *virgem*, não o tem, já que não possui trabalho incorporado. Devido a sua necessidade para a produção, a terra entra no mercado, onde adquire preço, mesmo sem qualquer trabalho agregado, devido ao seu caráter limitado e, portanto, monopólico, por aqueles que a detém. Nesse sentido, a *terra virgem*, mesmo sem valor, adquire preço, devido à necessidade para a produção, no contexto do monopólio da sua propriedade.¹⁵⁸

A apropriação da terra, para venda de colônias, constituiu uma forma de acumulação de capital, através da apropriação de parte do trabalho excedente, passado ou futuro do comprador – o colono-camponês. Nesse sentido, tratava-se de acumulação de capital através da exploração de produção mercantil não capitalista – a produção colonial-camponesa. Esse processo ensejou forte acumulação de capitais, em boa parte empregada, a seguir, em atividades claramente capitalistas.

O valor do lote colonial

Algumas companhias colonizadoras diferenciaram o valor por hectare (ha) da terra de mato da terra de campo. Foi estabelecida uma diferença sensível entre os dois tipos de terrenos. O preço sugerido, inicialmente, seria de vinte mil réis pelo hectare de campo e trinta mil réis pelo hectare de mato. Desta maneira, um colono-camponês, com propriedade de cem hectares de campo, assumiria uma dívida de dois contos de réis; com setenta e cinco hectares mistos, cerca de um conto e oitocentos mil-réis; e com cinquenta hectares exclusivamente de mato, algo em torno de um conto e quinhentos mil-réis.

Destaca-se o maior valor da mata, em relação à de campo, já que ela podia fornecer uma renda maior. Entretanto, o hectare de campo podia ser valorizado prontamente, através da agricultura ou pela criação de animais. Os preços propostos eram para o primeiro

¹⁵⁸ GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. 2 ed. ver. Florianópolis: UFSC, 2007. p. 79.

contingente de ocupantes das *terras vagas*. Com a concretização do núcleo colonial, os valores foram majorados proporcionalmente ao interesse dos compradores.¹⁵⁹

No Alto Uruguai catarinense, nosso campo de estudo, desenvolveu-se uma colonização baseada no sistema venda de pequenas propriedades, voltadas sobretudo para a economia de subsistência e para a comercialização de excedente. Um processo que ensejou, como proposto, acumulação de capital, por parte das colonizadoras, e estimulou a formação de mercado consumidor interno, que se integrou rapidamente à economia regional e nacional, devido ao transporte ferroviário.

A categoria colono-camponês

Nem todo o trabalho excedente transforma-se em mais-valia e lucro. Vimos que na sociedade capitalista, o trabalho excedente é tudo aquilo que o trabalhador produz e não recebe sob forma de salário. Na sociedade colonial-camponesa, a família tem autonomia relativa para organizar a sua reprodução biológica e econômica.

A primeira etapa econômica da colônia é a plantação para a sobrevivência do núcleo doméstico. Para João Carlos Tedesco, em *Terra trabalho e família: racionalidade produtiva do ethos camponês*, de 1999, “o colono é proprietário, é dono dos meios de produção e trabalhador; a família é o personagem central”. “Não é possível encontrar, no *ethos* de colono, outra forma social de sobrevivência que não seja pelo trabalho”.¹⁶⁰

Uma sociedade que não pode parar de produzir nem de consumir. Nessa sociedade, a figura patriarcal é pai e patrão. Entretanto, essa economia de subsistência exige, desde sempre, a mercantilização de parte da produção, inicialmente para pagar a terra, a seguir, para fazer frente aos impostos e comprar o que não se consegue produzir. Nesse processo, a sociedade colonial camponesa é envolvida pelo mercado, perdendo crescentemente sua autonomia.^{161,162}

Colonos-camponeses são pequenos proprietários de lotes coloniais. São agricultores que *adicionam* valor, pelo trabalho, aos produtos que produzem, que podem, ou não, transformar-se em mercadorias. Entretanto, no processo de transformação crescente da produção colonial-camponesa em mercadorias, e crescente necessidade de aquisição de meios

¹⁵⁹ Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font de Erechim. Caixa com informações da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda. Consultada em 7 de dezembro de 2007. Pasta colonização, folha nº 27.

¹⁶⁰ TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.119.

¹⁶¹ (sobre a categoria camponês ver o capítulo 1).

¹⁶² WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. pp. 27 a 58.

de produção e de subsistência no mercado, o colono-camponês conhece também crescentemente expropriação do seu trabalho, pelo capital comercial.

Nesse processo, o colono-camponês, proprietário privado da terra e trabalhador aparentemente autônomo, se insere e se reconhece como personagem subalterno na sociedade capitalista. Vincenzo Del Pozzo, no momento da entrevista com 76 anos, natural de Vacaria (RS), residente há 54 anos no município de Concórdia, na Linha Maria Goretti, declarou “[...] os colono non mandam nada, né. Os colono só trabalha [...]”. Uma constatação de um cotidiano produtivo e social onde o produtor simples de mercadoria assume posição subalterna imposta pelo processo de dominação e de exploração da emergente sociedade mercantil capitalista.¹⁶³

As representações construídas e difundidas pelas companhias colonizadoras, em torno do modelo, da idéia, de vencer pelo trabalho, encontra-se em Attílio Fontana, filho de colono-camponeses, empresário e político natural de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, o maior de seus representantes. No monumento em sua homenagem, no Memorial Attílio Fontana, em Concórdia - Santa Catarina lê-se na epígrafe: “O que fizeste na vida? – Trabalhei...”¹⁶⁴

Os primeiros colonos-camponeses em Santa Catarina

A emigração portuguesa foi a principal corrente imigratória do Brasil, igualmente, a mais constante. O camponês lusitano, ao embarcar, partiu para fugir da miséria, sobretudo rural. Pretendia fazer fortuna e retornar ao país natal, onde se reinstalaria na situação de proprietário. Esse era o projeto sociológico do imigrante. Os motivos incentivadores para a imigração portuguesa para o Brasil, ocorrida no século 18, são a não-absorção do excesso populacional de trabalhadores camponeses pelo meio rural; a divisão da pequena propriedade; o alto aluguel da terra; a escassa paga da mão-de-obra assalariada, etc.¹⁶⁵

Entre 1748 e 1756, desembarcaram no porto de Desterro, atual cidade de Florianópolis, casais de imigrantes recrutados no arquipélago dos Açores e na ilha da madeira, em Portugal. Eles são considerados os primeiros colonos-camponeses, para povoamento e colonização, a estabelecerem-se em solo catarinense. Os imigrantes tiveram o transporte financiado pela Coroa portuguesa desde o arquipélago até o lote colonial, recebendo, ao chegarem, uma espingarda, duas enxadas, um machado, um enxó, um martelo, um facão, duas

¹⁶³ Entrevista realizada por Carlos Fernando Comassetto em 02 de julho de 2007. Acervo do autor.

¹⁶⁴ FONTANA, Attílio. *História de minha vida*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980. pp. 277-8.

¹⁶⁵ HALPERN, Miriam Pereira. *A política portuguesa de emigração*. Bauru, São Paulo: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002. p. 50.